



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XVIII — Nº 106

CAPITAL FEDERAL

SABADO, 3 DE AGOSTO DE 1963

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas a realizarem-se nos dias 23, 20, 22 e 27 de agosto do ano em curso às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei (nº 136, de 1963, na Câmara e nº 31, de 1963, no Senado) que fixa novos valores para os vencimentos dos servidores do Poder Executivo, civis e militares.

Senado Federal, em 23 de julho de 1963

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA
Vice-Presidente no exercício da Presidência

O Sr. Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 27 de agosto do ano em curso às 21,30 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados e sem prejuízo da matéria já designada para a mesma sessão, conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei (nº 1.149-B, de 1960, na Câmara e nº 55, de 1960 no Senado) que autoriza a constituição de uma companhia hidrelétrica no Estado da Paraíba.

Senado Federal, em 24 de julho de 1963.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

MESA

Presidente — Moura Andrade (PSD - SP).
Vice-Presidente — Nogueira da Gama (PTB - MG).
Primeiro-Secretário — Ruy Palmeira (UDN - AL).
Segundo-Secretário — Gilberto Marinho (PSD - GB).
Terceiro-Secretário — Adalberto Sena (PTB - ACRE).
Quarto-Secretário — Cattete Pinheiro (PTN - PA).
Primeiro Suplente — Joaquim Parente (UDN - PI).
Segundo Suplente — Guido Mondin (PSD - RS).
Terceiro Suplente — Vasconcelos Torres (PTB - RJ).

REPRESENTAÇÃO PARTIDARIA

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO (PSD)

1. José Guimard — Acre (em exercício o Suplente — José Kairala).
2. Lobão da Silveira — Pará.
3. Eugênio Barros — Maranhão.
4. Sebastião Archer — Maranhão.
5. Victorino Freire — Maranhão.
6. Sigefredo Pacheco — Piauí.
7. Menezes Pimentel — Ceará.
8. Wilson Gonçalves — Ceará.
9. Walfredo Gurgel — R. G. Norte (em exercício o Suplente — Manoel Villalça do PTB).
10. Ruy Carneiro — Paraíba.
11. Leite Neto — Sergipe.
12. Antônio Balbino (em exercício o suplente Eduardo Catalão do PTB) — Bahia.
13. Jefferson de Aguiar — Espírito Santo.
14. Gilberto Marinho — Guanabara.
15. Moura Andrade — São Paulo.
16. Atílio Fontana — Santa Catarina.
17. Guido Mondin — R. G. Sul.

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente, nos termos do art. 47, nº 16, do Regimento Interno, promulgo a seguinte.

RESOLUÇÃO Nº 17, DE 1963

Concede aos funcionários da Secretaria do Senado Federal aumento nas bases percentuais estabelecidas para os cargos do Poder Executivo, pela Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963.

Art. 1º Os valores dos símbolos dos cargos do Quadro da Secretaria do Senado Federal são aumentados em percentagem igual à estabelecida para os cargos do Poder Executivo, pela Lei nº 4.242 de 17 de julho de 1963 mantidas as equivalências estabelecidas pela Resolução nº 2, de 1961.

Parágrafo único. O símbolo PL, correspondente aos cargos de Diretor-Geral e de Secretário Geral da Presidência, é fixado em valor que mantenha, em relação ao símbolo PL-0, diferença igual à estabelecida entre o símbolo PL-1 e PL-2, obedecido idêntico critério na fixação do valor do símbolo correspondente aos cargos de Vice-Diretor-Geral.

Art. 2º Aplica-se aos servidores inativos o disposto no art. 1º desta Resolução, calculado o aumento sobre a parcela dos proventos relativa ao símbolo que lhes for correspondente.

Parágrafo único. O pagamento dos novos proventos será feito independentemente de prévia apostila nos respectivos títulos.

Art. 3º É fixado em Cr\$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros) o salário família a que têm direito o funcionário da Secretaria do Senado Federal.

Parágrafo único. Para efeito da percepção do salário família é considerada dependente do servidor a mãe viúva, sem qualquer rendimento que viva as suas expensas.

Art. 4º É assegurado aos funcionários do Senado Federal, em tratamento de sua própria saúde, a continuidade dos pagamentos de todas as gratificações que os mesmos vinham percebendo antes da licença.

Art. 5º As vantagens financeiras decorrentes desta Resolução são devidas a partir de 1º de junho de 1963.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de julho de 1963.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Republica-se por haver sido com incorreções.

18. Benedicto Valladares — Minas Gerais.
19. Filinto Müller.
20. José Feliciano — Goiás.
21. Juscelino Kubitschek — Goiás.
22. Pedro Ludovico — Goiás.

PARTIDO TRABALHISTA (PTB)

1. Adalberto Sena — Acre.
2. Oscar Passos — Acre.
3. Vivaldo Lima — Amazonas.
4. Edmundo Levi — Amazonas.
5. Antonio Juca — Ceará.
6. Dix-Huit Rosado (em exercício o Suplente, José Bezerra) — R. G. Norte.
7. Argemiro de Figueiredo — Paraíba.
8. Barros Carvalho — Pernambuco.
9. Pessoa de Queiroz — Pernambuco.
10. José Ermirio — Pernambuco.
11. Silvestre Péricles — Alagoas.
12. Vasconcelos Torres — Rio de Janeiro (em exercício o Suplente Gouvêa Vieira).
13. Nelson Maculan — Paraná.
14. Amaury Silva — Paraná (em exercício o suplente Melo Braga).
15. Nogueira da Gama — Minas Gerais.
16. Bezerra Neto (em exercício o Suplente Gastão Muller).

UNIÃO DEMOCRATICA NACIONAL (UDN)

1. Zacarias de Assunção — Pará.
2. Joaquim Parente — Piauí.
3. José Cândido — Piauí.
4. Dinarte Mariz — R. G. Norte (em exercício o Suplente Cortês Pereira).
5. João Agripino (em exercício o Suplente Domicio Gondim) — Paraíba.
6. Rui Palmeira — Alagoas.
7. Eurico Rezende — Espírito Santo.
8. Afonso Arinos — Guanabara.
9. Padre Calazans — São Paulo.
10. Adolpho Franco — Paraná.
11. Irineu Bornhausen — Santa Catarina.
12. Antônio Carlos — Santa Catarina.
13. Daniel Krieger — R. G. Sul.
14. Milton Campos — Minas Gerais.
15. Lopes da Costa — Mato Grosso.

PARTIDO LIBERTADOR (PL)

1. Aloysio de Carvalho — Bahia.
2. Mem de Sá — R. G. Sul.

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN)

1. Cattete Pinheiro — Pará.
2. Lino de Matos — São Paulo.

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP)

1. Raul Giuberti — Espírito Santo.
2. Miguel Couto — Rio de Janeiro.

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)

1. Aurélio Viana — Guanabara.

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR)

1. Aarão Steinbruch — Rio de Janeiro.

PARTIDO REPUBLICANO (PR)

1. Júlio Leite (em exercício o suplente Dylton Costa) — Sergipe.

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC)

1. Arnon de Melo — Alagoas.

SEM LEGENDA

1. Vasconcelos Marinho — Bahia.
2. Heribaldo Vieira — Sergipe.

RESUMO

Partido Social Democrático (P. S. D.)	22
Partido Trabalhista Brasileiro (P. T. B.)	17
União Democrática Nacional (U. D. N.)	15
Partido Libertador (P. L.)	2
Partido Trabalhista Nacional (P. T. N.)	2
Partido Social Progressista (P. S. P.)	2
Partido Socialista Brasileiro (P. S. B.)	1
Partido Republicano (P. R.)	1
Partido Democrata Cristão (P. D. C.)	1
Movimento Trabalhista Renovador (M. T. R.)	1
Sem legenda	64
Total	66

BLOCOS PARTIDÁRIOS

- 1º — Maioria (39 Membros):
PSD
PTB
2º — Minoria (17 Membros):
UDN
PL
3º — Pequenas Representações (9 Membros):
PTN
PSP
PSB
MTR
PR
PDC
Josaphat Marinho (Sem Legenda)

LIDERANÇAS

- DOS BLOCOS PARTIDÁRIOS MAIORIA
- Lider:**
Barros Carvalho — (PTE — PE)
- Vice-Líderes:**
Victorino Freire — (PSD — MA)
Vasconcelos Torres — (PTB RJ)
Jefferson de Aguiar — (PSD — ES)
Lobão da Silveira — (PSD — PA)

EXPEDIENTE
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONALDIRETOR GERAL
ALBERTO DE BRITO PEREIRACHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVESCHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**
SEÇÃO IIImpresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
BRASILIA**ASSINATURAS****REPARTIÇÕES E PARTICULARES**

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,00
Ano	Cr\$ 96,00
Exterior	
Ano	Cr\$ 136,00

FUNCIONARIOS

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 99,00
Ano	Cr\$ 76,00
Exterior	
Ano	Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

MINORIA

- Líder**
João Agripino — (UDN — PB)
- Vice-Líderes**
Daniel Krieger — (UDN — RS)
Mem de Sá — (P. S. B.)

PEQUENAS REPRESENTAÇÕES

- Líder**
Lino de Matos — (PTN — SP)
- Vice-Líder**
Aurélio Viana — (PSB — GR)

II — DOS PARTIDOS

- PSD**
Benedicto Valladares — (MG)
- Vice-Líderes**
Wilson Gonçalves — (CE)
Siegfredo Pacheco — (PI)
Walfredo Gurgel — (RG)

- PTB**
Líder
Arthur Virgílio — (AM)

- Vice-Líderes**
Amaury Silva — (PR)
Vivaldo Lima — (AM)
Bezerra Neto — (MT)

- UDN**
Líder
Daniel Krieger — (RS)
- Vice-Líderes**
Eurico Rezende — (ES)
Padre Calazans — (SP)
Adolfo Franco — (PP)

- PL**
Líder
Mem de Sá — (RS)
- Vice-Líder**
Aloysio de Carvalho — (BA)

- PTN**
Líder
Lino de Matos — (SP)
- Vice-Líder**
Cattete Pinheiro — (PA)

PSP

- Líder**
Miguel Couto — (RJ)
- Vice-Líder**
Raul Giuberti — (ES)

COMISSÕES PERMANENTES**Comissão Diretora**

- Moura Andrade — Presidente (PSD)
Nogueira da Gama — (PTB)
Adalberto Sena (PTB)
Rui Palmeira (UDN)
Gilberto Marinho (ESD)
Cattete Pinheiro (PTN)
Joaquim Parente (UDN)
Guilherme Mondim (PSD)
Vasconcelos Torres (PTB)

Comissão de Agricultura**SETE MEMBROS**

- Presidente — Vago.
Vice-Presidente — Eugênio Barros (PSD)

COMPOSIÇÃO**P.S.D.****TITULARES**

- Eugênio Barros.
José Feliciano.

SUPLENTE

1. Atilio Fontana.
2. Pedro Ludovico.

P.T.B.**TITULARES**

- Nelson Maculan (licenciado).
Dix-Huit Rosado (licenciado).
Raul Giuberti.

SUPLENTE

1. Eduardo Catalão (**).
2. Aarão Steinbruch (**).
3. Vago

U.D.N.**TITULARES**

- Lopes da Costa.
Antônio Carlos.

SUPLENTE

1. Daniel Krieger.
2. João Agripino (licenciado).

SUBSTITUTOS

- Domicio Gondim.

Reuniões

Quartas-feiras, às 16 horas.

Secretário

- J. Ney Passos Dantas.

(*) Em substituição do Senhor Nelson Maculan, como titular.

(**) Em substituição ao Senhor Dix-Huit Rosado, como titular.

Comissão de Constituição e Justiça

Presidente — Milton Campos (UDN).
Vice-Presidente — Wilson

Gonçalves (PSD)

COMPOSIÇÃO**P.S.D.****TITULARES**

- Jenerson de Aguiar
Ruy Carneiro.
Lobão da Silveira.
Wilson Gonçalves.
Josaphat Marinho.

SUPLENTE

1. Menezes Pimentel.
2. Leite Neto.
3. Benedicto Valladares.
4. Aarão Steinbruch.
5. Heribaldo Vieira.

P.T.B.**TITULARES**

- Amaury Silva (licenciado).
Bezerra Neto (licenciado).
Arthur Virgílio.

SUPLENTE

1. Argemiro de Figueiredo (**).
2. Silvestre Péricles (**).
3. Edmundo Levi.

SUBSTITUTOS

- Melo Braga.
A designar.

U.D.N.**TITULARES**

- Aloysio de Carvalho.
Eurico Rezende.
Milton Campos.

SUPLENTE

1. Afonso Arinos.
2. Daniel Krieger.
3. João Agripino (licenciado).

SUBSTITUTO

- Domicio Gondim.

Reuniões

Quartas-feiras, às 18 horas.

Secretário

- Ronaldo Ferreira Dias.

(*) Em substituição do Senhor Amaury Silva, como titular.

(**) Em substituição ao Senhor Bezerra Neto, como titular.

Comissão de Economia

(9 MEMBROS)

Presidente — Flinto Müller (PSD)

Vice-Presidente — Eduardo Catalão (PTB)

COMPOSIÇÃO**PSD****TITULARES**

Flinto Müller
Eugênio Barros
Atílio Fontana
José Guimard (licenciado)

SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar (*)
2. Sigefredo Pacheco
3. Sebastião Archer
4. Josephat Marinho

SUBSTITUTOS

1. José Kairala

PTB**TITULARES**

Eduardo Catalão
Nelson Maculan (licenciado)
Júlio Leite (licenciado)

SUPLENTE

1. Oscar Passos (**)
2. Bezerra Neto (licenciado)
3. José Ermírio (***)

SUBSTITUTOS

1. Gouvêa Vieira
2. Melo Braga
3. ... A indicar

UDN**TITULARES**

Adolfo Franco
Lopes da Costa

SUPLENTE

1. José Cândido
2. Zacarias de Assunção

(*) — Em substituição ao Sr. José Guimard, como titular.

(**) — Em substituição ao Sr. Nelson Maculan, como titular.

(***) — Em substituição ao Sr. Júlio Leite, como titular.

Reuniões: terça-feiras — 16.00 horas
Secretário: Cid Brügger

Comissão de Educação e Cultura

(7 MEMBROS)

Presidente — Menezes Pimentel — (PSD)

Vice-Presidente — Padre Calazans — (UDN)

COMPOSIÇÃO**PSD****TITULARES**

Menezes Pimentel
Walfredo Gurgel (licenciado)

SUPLENTE

1. Benedicto Valladares (*)
2. Sigefredo Pacheco

SUBSTITUTOS

1. Leite Neto

PTB**TITULARES**

Pessoa de Queiroz
Amaury Silva (licenciado)

SUPLENTE

1. Gouvêa Vieira (**)
2. Manoel Vilça

UDN**TITULARES**

Antônio Carlos
Padre Calazans
Mem de Sá

SUPLENTE

1. Adolfo Franco
2. Milton Campos
3. Arnon de Melo

(*) — Em substituição ao Sr. Walfredo Gurgel, como titular.

(**) — Em substituição ao Senhor Amaury Silva, como titular.

Reuniões: 4^{as}-feiras — 15.00 horas

Secretaria: Vera de Alvarenga Mafra

Comissão de Finanças

(45 MEMBROS)

Presidente — Argemiro de Figueiredo — (PTB)

Vice-Presidente — Daniel Krieger — (UDN)

COMPOSIÇÃO**PSD****TITULARES**

Victorino Freire
Lobão da Silveira
Sigefredo Pacheco
Wilson Gonçalves
Leite Neto

SUPLENTE

José Guimard (licenciado)
2. Eugênio Barros
3. Menezes Pimentel
4. Atílio Fontana
5. Pedro Ludovico

SUBSTITUTOS

1. José Kairala

PTB**TITULARES**

Argemiro de Figueiredo
Bezerra Neto (licenciado)
Dix-Huit Rosado (licenciado)
Pessoa de Queiroz
Eduardo Catalão

SUPLENTE

1. Nelson Maculan (licenciado)
2. Lino de Matos (*)
3. Amaury Silva (licenciado)
4. Aurélio Vianna (**)
5. Antônio Jucá

SUBSTITUTOS

1. Edmundo Levi
2. José Ermírio
3. Melo Braga

UDN**TITULARES**

Daniel Krieger
Dinarte Mariz (licenciado)
Irineu Bornhauser
Lopes da Costa

SUPLENTE

1. Adolfo Franco (***)
2. Eurico Rezende
3. João Agripino (licenciado)
4. Milton Campos

SUBSTITUTOS

1. Cortez Pereira

PL

2. Domício Gondim

TITULAR

Mem de Sá

SUPLENTE

1. Aloysio de Carvalho
(*) — Em substituição ao Sr. Bezerra Neto, como titular.

(**) — Em substituição ao Sr. Dix-Huit Rosado, como titular.

(***) — Em substituição ao Sr. Dinarte Mariz, como titular.

Reuniões: 4^{as} feiras — 10.00 horas
Secretário: Cid Brügger

Comissão de Legislação Social

(9 MEMBROS)

Presidente — Vivaldo Lima (PTB)

Vice-Presidente — Ruy Carneiro (PSD)

COMPOSIÇÃO**PSD****TITULARES**

Ruy Carneiro
Walfredo Gurgel (licenciado)
José Guomard (licenciado)
Raul Giuberti

SUPLENTE

1. Leite Neto
2. Leite Neto (*)
3. Lobão da Silveira (**)
4. Eugênio Barros
5. Júlio Leite (licenciado)

SUBSTITUTOS

1. Atílio Fontana
2. José Kairala
3. Dylton Costa

PTB**TITULARES**

Amaury Silva (licenciado)
Heribaldo Vieira
Vivaldo Lima

SUPLENTE

1. Aurélio Vianna (***)
2. Pessoa de Queiroz
3. Antônio Jucá

SUBSTITUTOS

1. Melo Braga

UDN**TITULARES**

Eurico Rezende
Antônio Carlos

SUPLENTE

1. Lopes da Costa
2. Zacarias de Assunção

(*) — Em substituição ao Senhor Walfredo Gurgel, como titular.

(**) — Em substituição ao Senhor José Guomard, como titular.

(***) — Em substituição ao Senhor Amaury Silva, como titular.

Reuniões: 4^{as} feiras às 16 horas.
Secretaria: Vera de Alvarenga Mafra

Comissão do Polígono das Sêcas

(7 MEMBROS)

Presidente — Ruy Carneiro (PSD)

Vice-Presidente — Aurélio Vianna (PSB)

COMPOSIÇÃO**PSD****TITULARES**

Wilson Gonçalves
Ruy Carneiro

SUPLENTE

1. Sigefredo Pacheco
2. Leite Neto

PTB**TITULARES**

Dix-Huit Rosado (licenciado)
Heribaldo Vieira
Aurélio Vianna

SUPLENTE

1. Argemiro de Figueiredo (*)
2. Arnon de Melo
3. Júlio Leite (licenciado)

SUBSTITUTOS

1. José Ermírio
2. Antônio Jucá

UDN**TITULARES**

Dinarte Mariz (licenciado)
José Cândido

SUPLENTE

1. João Agripino (licenciado)
2. Lopes da Costa (**)

SUBSTITUTOS

1. Cortez Pereira
2. Domício Gondim

(*) — Em substituição ao Senhor Dix-Huit Rosado, como titular.

(**) — Em substituição ao Senhor Dinarte Mariz, como titular.

Reuniões: 5^a feiras — 16 horas.
Secretário: J. Ney Passos Dantas

Comissão de Redação

(5 MEMBROS)

Presidente — Dix-Huit Rosado (PTB)

Vice-Presidente — Padre Calazans (UDN)

COMPOSIÇÃO**PSD****TITULARES**

Walfredo Gurgel (licenciado)
Sebastião Archer

SUPLENTE

1. Lobão da Silveira (*)
2. José Feliciano

SUBSTITUTOS

1. Menezes Pimentel

PTB**TITULAR**

Dix-Huit Rosado (licenciado)

SUPLENTE

Heribaldo Vieira (**)

SUBSTITUTO

José Bezerra

UDN**TITULAR**

Padre Calazans
Júlio Leite (licenciado)

SUPLENTE

1. João Agripino (licenciado)
2. Josephat Marinho (***)

SUBSTITUTO

1. Domício Gondim
2. Daniel Krieger

(*) — Em substituição ao Senhor Walfredo Gurgel, como titular.

(**) — Em substituição ao Senhor Dix-Huit Rosado, como titular.

(***) — Em substituição ao Senhor Júlio Leite, como titular.

Reuniões: 4^{as} feiras às 16 horas.
Secretaria: Sarah Abrahão

Comissão de Relações Exteriores

(11 MEMBROS)

Presidente — Jefferson de Aguiar (PSD)

Vice-Presidente — Pessoa de Queiroz (PTB)

COMPOSIÇÃO**PSD****TITULARES**

Benedicto Valladares
Flinto Müller
Jefferson de Aguiar
Aarão Steinbruch

SUPLENTE

1. Menezes Pimentel
2. Ruy Carneiro
3. José Guimard (licenciado)
4. Victorino Freire

SUBSTITUTOS

1. José Kairala

PTB**TITULARES**

Pessoa de Queiroz
Vivaldo Lima
Eduardo Catalão

SUPLENTE

1. Oscar Passos
2. Argemiro de Figueiredo
3. Antônio Jucá

UDN

TITULARES

Antônio Carlos
José Cândido
Padre Calazans
Arnon de Melo

SUPLENTE

1. Daniel Krieger
2. Eurico Rezende
3. João Agripino (licenciado)
4. Mem de Sá

SUBSTITUTO

1. Domicio Gondim

Reuniões: 5^{as} feiras — 15.00 horas.
Secretário: J. B. Castejon Branco

Comissão de Saúde

(5 MEMBROS)

Presidente — Lopes da Costa (UDN)
Vice-Presidente — Dix-Huit Rosado (PTB)

COMPOSIÇÃO

PSD

TITULARES

Pedro Ludovico
Sigefredo Pacheco

SUPLENTE

1. Eugênio Barros
2. Walfredo Gurgel (licenciado)

SUBSTITUTO

1. José Feliciano

PTB

TITULARES

Dix-Huit Rosado (licenciado)

SUPLENTE

Antônio Jucá (*)

SUBSTITUTO

José Bezerra

UDN

TITULAR

Lopes da Costa

SUPLENTE

Dinarte Mariz (licenciado)

SUBSTITUTO

José Cortez

PSP

TITULAR

Miguel Couto

SUPLENTE

Raul Guiberti

(*) — Em substituição ao Sr. Dix-Huit Rosado, como titular.

Reuniões: Quintas-feiras — 15.00 horas.

Secretário: Eduardo Rui Barbosa

Comissão de Segurança Nacional

(7 MEMBROS)

Presidente — Zacarias de Assunção (UDN)
Vice-Presidente — Silvestre Péricles (PTB)

COMPOSIÇÃO

PSD

TITULARES

José Guimard (licenciado)
Victorino Freire

SUPLENTE

1. Ruy Carneiro (*)
2. Atilio Fontana

SUBSTITUTO

1. José Kairala

PTB

TITULARES

Silvestre Péricles
Oscar Passos

SUPLENTE

1. Dix-Huit Rosado (licenciado)
2. Eduardo Catalão

SUBSTITUTOS

1. ... A designar

UDN

TITULARES

Irineu Bornhausen
Zacarias de Assunção

SUPLENTE

1. Adolfo Franco

2. Eurico Rezende

PSP

TITULAR

Raul Guiberti

SUPLENTE

1. Miguel Couto

(*) — Em substituição ao Sr. José Guimard, como titular.

Reuniões: 5^{as} feiras — 16.00 horas
Secretário: Alexandre Pfaender

Comissão de Serviço Público Civil

(7 MEMBROS)

Presidente — Silvestre Péricles (PTB)
Vice-Presidente — Leite Neto (PSD)

COMPOSIÇÃO

PSD

TITULARES

Leite Neto

Sigefredo Pacheco

SUPLENTE

1. Victorino Freire

2. Benedicto Valladares

PTB

TITULARES

Silvestre Péricles

Nelson Maculan (licenciado)

SUPLENTE

1. Eduardo Catalão (*)

2. Edmundo Levi

SUBSTITUTOS

1. ... A designar

UDN

TITULARES

Antônio Carlos

Padre Calazans

SUPLENTE

1. Dinarte Mariz (licenciado)

2. Lopes da Costa

SUBSTITUTOS

1. Cortez Pereira

PL

TITULAR

Aloysio de Carvalho

SUPLENTE

Mem de Sá

(*) — Em substituição ao Sr. Nelson Maculan, como titular.

Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

(5 MEMBROS)

Presidente — José Feliciano (PSD)
Vice-Presidente — Irineu Bornhausen (UDN)

COMPOSIÇÃO

PSD

TITULARES

José Feliciano

Sebastião Archer

SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar

2. Filinto Müller

PTB

TITULARES

Bezerra Neto (licenciado)

Lino de Matos

SUPLENTE

1. Silvestre Péricles (*)

2. Miguel Couto

SUBSTITUTO

1. José Ermirio

UDN

TITULAR

Irineu Bornhausen

SUPLENTE

Zacarias de Assunção

(*) — Em substituição ao Sr. Bezerra Neto, como titular.

Reuniões: 4^{as} feiras — 16.00 horas
Secretário: Alexandre Pfaender

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1961

(Dispõe sobre: Altera os artigos 26, 56, 58, 60, 110 e o parágrafo único do art. 112 da Constituição Federal)

— organização administrativa do Distrito Federal;

— vencimentos dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal;

— regime de rendas do Distrito Federal;

— composição da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e do Tribunal Superior Eleitoral;

— processo de escolha do Presidente e do Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal;

— aplicação da cota do imposto de renda destinada aos Municípios.

Eleita em 15-6-1961, com exceção dos Srs. Senadores:
Barros Carvalho — designado em 30-2-1962.

Nelson Maculan — designado em 15-5-1962;

Lobão da Silva — designado em 23-4-1963.

Lopes da Costa — designado em 29-10-1962.

Prorrogações:

Até 15-12-1962 — Requerimento número 611-61, aprovado em 15-12-61;
Até 15-12-1963 — Requerimento número 778-62, aprovado em 12-12-62.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — Relator — PSD.
2. Lobão da Silva — PSD.
3. Ruy Carneiro — PSD.
4. Benedicto Valladares — PSD.
5. Wilson Gonçalves — PSD.
6. Nelson Maculan — PTB.
7. Silvestre Péricles — PTB.
8. Nogueira da Gama — PTB.
9. Barros Carvalho — PTB.
10. Daniel Krieger — Vice-Presidente — UDN.
11. Lopes da Costa — UDN.
12. Milton Campos — UDN.
13. Heribaldo Vieira — UDN.
14. Ruy Palmeira — UDN.
15. Aloysio de Carvalho — PL.
16. Mem de Sá — PL.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1961

Altera o § 1º do art. 191 da Constituição Federal.
(Aposentadoria do funcionário aos trinta anos de serviço).

Eleito em 21-6-62, salvo os Srs. Senadores:

Lobão da Silva.
Wilson Gonçalves e

Amaury Silva designado em 23 de abril de 1963.

Prorrogações:

Até 15-12-1962 — Requerimento número 610-61 aprovado em 14-12-1961;
Até 15-12-1963 — Requerimento número 798-62, aprovado em 12-12-1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD.
2. Lobão da Silva — Relator — PSD.
3. Ruy Carneiro — PSD.
4. Benedicto Valladares — PSD.
5. Wilson Gonçalves — PSD.
6. Silvestre Péricles — Relator — PTB.
7. Amaury Silva — PTB.

8. Nogueira da Gama — PTB.
9. Barros Carvalho — PTB.
10. Daniel Krieger — UDN.
11. Lopes da Costa — UDN.
12. Milton Campos — UDN.
13. Ruy Palmeira — UDN.
14. Heribaldo Vieira — UDN.
15. Aloysio de Carvalho — Presidente — PL.
16. Mem de Sá — PL.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 4, de 1961

Dá nova redação ao item III do art. 95 da Constituição Federal.

(Irredutibilidade dos vencimentos dos juizes).

Eleita em 27-6-1961, salvo os Senhores Senadores;

Lopes da Costa, designado em 29 de outubro de 1962;

Lobão da Silva, designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto, designado em 23 de abril de 1963.

Prorrogações:

Até 15-12-1962 — Requerimento número 609-61, aprovado em 14-12-1961;

Até 15-12-1963 — Requerimento número 779-62, aprovado em 12-12-1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD.
2. Lobão da Silva — PSD.
3. Ruy Carneiro — PSD.
4. Benedicto Valladares — PSD.
5. Wilson Gonçalves — PSD.
6. Silvestre Péricles — PTB.
7. Bezerra Neto — PTB.
8. Nogueira da Gama — PTH.
9. Barros Carvalho — PTB.
10. Daniel Krieger — UDN.
11. Lopes da Costa — UDN.
12. Milton Campos — Vice-Presidente — UDN.
13. Heribaldo Vieira — UDN.
14. Ruy Palmeira — UDN.
15. Aloysio de Carvalho — PL.
16. Mem de Sá — PL.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1961

Dá nova redação ao art. 65, item I, da Constituição Federal.

(Dispõe sobre as matérias da competência privativa do Senado incluindo as de propor a exoneração dos Chefes de missão diplomática de caráter permanente e aprovar o estabelecimento, rompimento e reatamento de relações diplomáticas com países estrangeiros).

Eleita em 4 de outubro de 1961, salvo os Srs. Senadores:

Guido Mondin — designado em 29 de outubro de 1962;

Vivaldo Lima — designado em 30 de março de 1962;

Ruy Carneiro — designado em 23 de abril de 1963;

Wilson Gonçalves — designado em 23 de abril de 1963.

Eurico Rezende — designado em 23 de abril de 1963;

Pinto Ferreira — designado em 20 de abril de 1963;

Amaury Silva — designado em 28 de abril de 1963.

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 607-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 16 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 780-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Membros — Partidos

1. Menezes Pimentel — PSD
2. Wilson Gonçalves — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Ruy Carneiro — PSD
5. Guido Mondin — PSD
6. Silvestre Péricles — PSD
7. Vivaldo Lima — PTB
8. Amaury Silva — PTB
9. Pinto Ferreira — PTB
10. Eurico Rezende — UDN
11. Daniel Krieger — UDN
12. Milton Campos — UDN
13. Heribaldo Vieira — UDN
14. Lopes da Costa — UDN
15. Aloysio de Carvalho — PL
16. Lino de Matos — PTN

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1961

Acrescenta item ao artigo 3º do Capítulo II — Presidente da República — da Emenda Constitucional nº 4, de 1961, que institui o sistema parlamentar de governo

(Sobre a exoneração, por proposta do Senado, do chefe de missão diplomática de caráter permanente)

Eleita em 5 de outubro de 1961, salvo os Srs. Senadores:

Vivaldo Lima — designado em 30 de março de 1962;

Guido Mondin — designado em 33 de outubro de 1962.

Jefferson de Aguiar — designado em 23 de abril de 1963.

Ruy Carneiro — designado em 29 de abril de 1963;

Eurico Rezende — designado em 23 de abril de 1963;

Pinto Ferreira — designado em 23 de abril de 1963.

Bezerra Neto — designado em 23 de abril de 1963;

Amaury Silva — designado em 23 de abril de 1962.

Prorrogações: "

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 608-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 15 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 781-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Membros — Partidos

1. Menezes Pimentel — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Jefferson de Aguiar — PSD
5. Guido Mondin — PSD
6. Pinto Ferreira — PTB
7. Bezerra Neto — PTB
8. Amaury Silva — PTB
9. Vivaldo Lima — PTB
10. Daniel Krieger — UDN
11. Eurico Rezende — UDN
12. Milton Campos — UDN
13. Heribaldo Vieira — UDN
14. Lopes da Costa — UDN
15. Aloysio de Carvalho — PL
16. Lino de Matos — PTN

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 9, de 1961

Acrescenta dispositivo ao artigo 15, revoga o item V e o § 6º do art. 19, substitui o § 5º do art. 19 e o art. 22 da Constituição. (Modifica o regime de discriminação de rendas)

Eleita em 20 de novembro de 1961, salvo os Srs. Senadores:

Barros Carvalho — designado em 30 de março de 1962;

Guido Mondin — designado em 19 de outubro de 1962.

Jefferson de Aguiar — designado em 23 de abril de 1963.

Ruy Carneiro — designado em 23 de abril de 1963.

Eurico Rezende — designado em 23 de abril de 1963.

Amaury Silva — designado em 23 de abril de 1963.

Bezerra Neto — designado em 23 de abril de 1963.

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 605-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 15 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 782-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Menezes Pimentel — PSD
3. Filinto Müller — PSD
4. Guido Mondin — PSD
5. Ruy Carneiro — PSD
6. Amaury Silva — PTB
7. Barros Carvalho — PTB
8. Argemiro Figueiredo — PTB
9. Bezerra Neto — PTB
10. Daniel Krieger — UDN
11. Eurico Rezende — UDN
12. Milton Campos — UDN
13. Heribaldo Vieira — UDN
14. Ruy Palmeira — UDN
15. Aloysio de Carvalho — PL
16. Lino de Matos — PTN

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 10, de 1961

Acrescenta parágrafo ao art. 15 da Constituição Federal (Aplicação da parcela proveniente das cotas de impostos destinados aos Municípios).

Eleita em 28-2-1962, salvo os Srs. Senadores;

Lopes da Costa — designado em 30 de março de 1962;

Guido Mondin — designado em 23 de outubro de 1963;

Wilson Gonçalves — designado em 23-4-1963;

João Agripino — designado em 23 de abril de 1963;

Eurico Rezende — designado em 23 de abril de 1963;

Josaphat Marinho — designado em 28 de abril de 1963.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 5, de 1963

Dá nova redação ao item II e ao § 4º do artigo 19 da Constituição (referentes ao Imposto de Venda e Consignações).

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Leite Neto — PSD
Amaury Silva — PTB
Bezerra Neto — PTB
Pinto Ferreira — PTB
Humberto Nader — PTB
Argemiro de Figueiredo — PTB
Eurico Rezende — UDN
Milton Campos — UDN
Daniel Krieger — UDN
Aloysio de Carvalho — Pequenos Partidos
Josaphat Marinho — Pequenos Partidos
Eleita em 31-5-1963.

ATAS DAS COMISSÕES

Comissão de Relações Exteriores

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA DOIS DE AGOSTO DE 1963

Sob a presidência do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, presentes os Senhores Senadores Pessoa de Queiroz, Benedito Valladares, Antonio Carlos, Vivaldo Lima, Aarão Steinbruch e Menezes Pimentel, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores.

O Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Senador Aarão Steinbruch que apresenta parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 1963, que aprova o Convênio para a Constituição de um Centro de Estudos sobre a agricultura e o Economia Rural no Brasil, firmado a 6 de setembro de 1958, entre os Governos do Brasil e da República Italiana.

Sem debates o parecer é aprovado.

A seguir, o Sr. Senador Antônio Carlos emite parecer sobre a Mensagem nº 117, de 1963, em que o Senhor Presidente da República submete à aprovação do Senado a escolha do Sr. João Batista Pinheiro para exercer a função de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da África do Sul. O relator discorre sobre o problema do "apartheid" na África do Sul e no Sudoeste Africano sob sua tutela, transcreve trechos do Informe de uma Comissão das Nações Unidas condenando a política de segregação racial daquele país e frisa que "do Informe a que nos vimos referindo, cujas ligeiras citações são apenas pálidas amostras de um tremendo libelo acusatório contra a desumanidade erigida à categoria de filosofia de um Governo, resta claro que é hora de agir corajosamente". E acrescenta: "Quem, como nós, damos ênfase à manutenção de relações diplomáticas com todos os países do mundo, na defesa da paz, mantemos representação diplomática junto à ditadura cubana e aceitamos, sem maior constrangimento a ditadura paraguaia, em nome do princípio da "auto determinação", que temos feito, no campo diplomático e além das manifestações em Assembléias Internacionais — sem ferir o princípio de não intervenção — e ainda que indiretamente para melhorar as condições de vida dos desgraçados nativos do Sudoeste Africano?"

E conclui o parecer: "Dêse modo, cumpre-nos indagar das razões e ordem política e econômica que levaram o Governo brasileiro a, sem maiores explicações, renovar a representação diplomática naquele país, na categoria de Legação. Tais são as questões que, preliminarmente, desejamos sejam esclarecidas pelo Itamarati, o momento em que, sem maiores considerações, encaminha à nossa aprovação o nome de um honrado e capacitado diplomata para o posto de nossa Legação em Pretória. Por outro lado, há que devolver a Mensagem ao Ministério das Relações Exteriores, uma vez que a Exposição de Motivos que a acompanha não é aquela assinada pelo ex-titular da Pasta, Ministro Hermes Lima".

O Sr. Presidente submete a voto o parecer que é aprovado, assinado o voto os Srs. Senadores Benedito Valladares e Menezes Pimentel.

O Sr. Presidente a seguir instala três turmas — A, B e C — da Comissão de Relações Exteriores, incumbindo

do-as de examinar e emitir parecer sobre as matérias que especifica:

TURMA A

Senador Pessoa de Queiroz, Senador Menezes Pimentel, Senador Antônio Carlos e Senador José Cândido;

a) questões relacionadas com o contencioso francês;

b) exame e pronunciamento sobre as Missões dos Embaixadores Roberto Campos e João Dantas, na Europa Ocidental e ao Leste Europeu, assim como do ex-Ministro Santiago "Anta" dos Estados Unidos;

c) problemas relacionados com a expropriação e pagamento de indenização às concessionárias de serviços públicos, especialmente com referência a American & Foreign Power Co e ITT;

d) todas as questões relacionadas com a dívida externa do Brasil.

TURMA B

Senador Aarão Steinbruch, Senador Vivaldo Lima, Senador Arnon de Melo e Senador Eduardo Catalão.

a) Mercado Comum Europeu e Associação Latino-Americana de Livre Comércio;

b) créditos do Brasil no exterior;

c) política financeira, implicações no mercado internacional e repercussões na economia nacional;

d) escritórios comerciais e consulados;

e) questões relacionadas com o Fundo Monetário Internacional.

TURMA C

Senador Pessoa de Queiroz, Senador Menezes Pimentel, Senador Antônio Carlos e Senador Arnon de Melo.

a) exame e soluções da questão portuguesa nas Nações Unidas.

Prosseguindo, o Sr. Presidente comunica aos membros da Comissão que o Ministério das Relações Exteriores, esgotado o prazo regimental, ainda não enviou ao Senado as informações solicitadas sobre o Projeto de Lei do Senado nº 14, de 1963, de autoria do Sr. Senador Vivaldo Lima que altera a denominação do cargo isolado de provimento efetivo, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores de Ministros para Assuntos Econômicos".

A Comissão decide que, tão logo regresso o Sr. Eduardo Catalão, relator da matéria, esta será submetida à apreciação da Comissão, independentemente de quaisquer pronunciamentos do Itamarati.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, J. B. Castejon Franco, Secretário, a presente ata que, uma vez aprovada será assinada pelo Sr. Presidente.

Comissão de Economia

6ª REUNIÃO, EM 17 DE JULHO DE 1963

As 15,30 horas, na Sala das Comissões do Senado Federal, reuniu-se a Comissão de Economia para apreciar a Mensagem nº 125, Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal a escolha do nome do Dr. Nilo Medina Coeli para a presidência do Banco do Brasil S. A.

8ª REUNIÃO EM 25 DE JULHO DE 1963

As 16,00 horas, na Sala das Comissões do Senado Federal, reuniu-se a Comissão de Economia para apreciar as seguintes mensagens:

Mensagem nº 129, de 1963 Do Sr. Presidente da República submetendo a nomeação do Sr. Francisco Sa-

turno Braga para exercer a função de membro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

Mensagem nº 131, de 1963, do Sr. Presidente da República submetendo a aprovação do Senado Federal a nomeação do Sr. Mário de Souza Martins para exercer a função de membro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

Mensagem nº 133, de 1963, do Sr. Presidente da República submetendo a aprovação do Senado Federal a nomeação do Sr. Lourival Fontes para exercer a função de membro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

5. REUNIAO EM 23 DE JULHO DE 1963

(Secreta)

As 16h00 horas, na sala das Comissões do Senado Federal, sob a presidência do Sr. Senador Filinto Muller, reuniu-se a Comissão de Economia para apreciar as seguintes mensagens:

Mensagem nº 128, de 1963, do Sr. Presidente da República submetendo a aprovação do Senado Federal a indicação do Sr. Leivaide Antônio de Brito para exercer a função de presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

Mensagem nº 130, de 1963, do Sr. Presidente da República submetendo a aprovação do Senado Federal a nomeação do Sr. Nelson Baker Umeña para exercer a função de membro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

Mensagem nº 132, de 1963, do Sr. Presidente da República submetendo a aprovação do Senado Federal a nomeação do Sr. Irineu Pontes Viçira para exercer a função de membro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

Comissão de Segurança Nacional

11ª REUNIAO REALIZADA EM 10 DE AGOSTO DE 1963

As 16 horas, na sala das Comissões do Senado Federal, sob a Presidência do Sr. Senador Zacharias de Assumpção, reuniram-se os Senhores Senadores Silvestre Péricles, Atilio Fontana, Raul Giuberti e Adolfo Franco, reuniram-se a Comissão de Segurança Nacional.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Victorino Freire e Inêdo Barbalho.

É lida e aprovada a Ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente da mesa aos trabalhos concedendo a palavra ao Sr. Senador Silvestre Péricles, que apresenta parecer favorável, aprovado pela comissão, ao Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 1963, que releva a prescrição do direito a reclamação administrativa, em que incorreu o ex-soldado, fuzileiro naval Antonio Santiago de Lima.

Proseguindo, o Senhor Presidente concede a palavra ao Sr. Senador Raul Giuberti, que, emitindo parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 23, de 1959, que revoga dispositivos da Lei nº 1.316, de 20 de janeiro de 1951 — Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares.

Em discussão, o Sr. Senador Silvestre Péricles pede vista da matéria solicitada esta acolhida unanimemente pela Comissão.

O Sr. Presidente, em obediência ao preceito regimental, deixa a Presidência passando-a ao Sr. Senador Silvestre Péricles (Vice-Presidente), a fim de relatar o Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 1963, que estabelece a idade-limite da permanência no serviço ativo dos Oficiais do Quadro de Administração do Corpo

de Oficiais da Aeronáutica, ao qual emite parecer favorável concluído, pela apresentação da Emenda nº 1-C.S.N.

Submetido à votação, é aprovado o parecer com a emenda, por unanimidade.

Reassumindo a Presidência, o Sr. Zacharias de Assumpção, comunica haver designado o Oficial Legislativo PL-8, Alexandre Pfaender para exercer a função de Secretário da Comissão, em substituição a Gerardo Lima Aguiar.

Esgotada a matéria constante da pauta, o Sr. Presidente da mesa, encerrada a reunião, lavrando eu, Alexandre Pfaender, Secretário, a presente Ata que uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

Comissão de Constituição e Justiça

RELATORIO CORRESPONDENTE AO MES DE JULHO DE 1963

Número de reuniões 4
Projetos relatados 21

Projetos de Lei do Senado

Números:

39-63 — 46-63 — 63-63 — 64-63

35-63 — 45-63 — 48-63 — 51-62

28-63 — 59-62 — 59-62 — 36-62

6-63

Projetos de Lei da Câmara

Números:

21-63 — 71-63 — 34-63 — 139-62

Projetos de Decreto Legislativo

Números:

4-63 — 13-63

Projetos de Resolução

Números:

18-63 — 24-63 — 21-63

Requerimentos

Números:

182-63 — 488-63

Ofícios Relatados

Números:

OF-GE 679-63 — OF-S2-63

Ofícios Recebidos 8

Ofícios Expedidos 15

Ronaldo Ferreira Dias, Secretário da Comissão

Comissão de Educação e Cultura

RELATORIO REFERENTE AO MES DE JULHO DE 1963

Presidente: Senador Menezes Pimentel

Número de reuniões realizadas: 1 (uma)

Em 31 de julho de 1963

Número de projetos em tramitação: 6 (seis)

PLS. nº 9, de 1963 (Urgência) Senador Adalberto Sena

PLC nº 181, de 1962 (Diligência) Senador Mem de Sá

BIC nº 1, de 1963 (Diligência) Senador Antonio Carlos

PLC nº 53, de 1962 — Senador Antonio Carlos

PLC nº 9, de 1963 — Senador Antonio Carlos

PLC nº 105, de 1959 — Senador Padre Calazans

Número de pareceres proferidos: 1 (um)

PLC nº 26, de 1962 — Senador Mem de Sá

Ofício recebido: 1 (um) : Ofício nº 47, de 1963 — Ministério de Indústria e Comércio.

Brasília, em 1º de agosto de 1963. Vera de Alvares da Mota, Secretária

Comissão de Legislação Social

RELATORIO DO MES DE JULHO DE 1963

Presidente: Senador Vivaldo Lima

Número de reuniões realizadas: 2

1ª — Em 10 de julho.

2ª — Em 24 de julho.

Número de Projetos em tramitação: 15 (quinze)

Especie — Nº e Ano — Diligência

PLC nº 208, de 1957 (Diligência) — Senador Vivaldo Lima

PLC nº 38, de 1963 — (Diligência) — Senador Vivaldo Lima

PLS nº 55, de 1963 — Senador Ruy Carneiro

PEC nº 18, de 1963 — Senador José Guimaraes

PLS nº 2, de 1963 — Senador José Guimaraes

PLC nº 19, de 1953 — (Diligência) — Senador Antonio Carlos

PLS nº 3, de 1963 — (Diligência) — Senador Antonio Carlos

PLS nº 18, de 1963 — Senador Antonio Carlos

PLS nº 38, de 1963 — Senador Antonio Carlos

PLS nº 34, de 1963 — Senador Eurico Rezende

PLS nº 7, de 1963 — Senador Eurico Rezende

PLS nº 19, de 1963 — Senador Eurico Rezende

PLS nº 8, de 1963 — Senador Eurico Rezende

PLC nº 139, de 1963 — Senador Heribaldo Vieira

PLS nº 13, de 1963 — Senador Heribaldo Vieira

Número de Pareceres proferidos: 2 (dois)

PLC nº 38, de 1963 — Senador Raul Giuberti

PLC nº 308, de 1957 — (Diligência) Senador Vivaldo Lima

Diligência realizada: 1 (uma)

As Ministérios do Trabalho e Previdência Social.

Ofício expedido: (um)

Ofício nº 364-63 ao Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Vera de Alvares da Mota, Secretária

Brasília, em 1º de agosto de 1963.

22ª REUNIAO EM 31 DE JULHO DE 1963

As dezessete horas do dia trinta e um de julho de mil novecentos e sessenta e três, em sala própria, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, presentes os Senhores Senadores Silvestre Péricles, Presidente, de acordo com o art. 81, § 3º do Regimento Interno, Lóvão da Silveira, Josephat Marinho, Ruy Carneiro, Jefferson de Aguiar, Argemiro de Figueiredo e Edmundo Levy.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Milton Campos, Wilson Gonçalves, Arthur Virgílio, Aloysio de Carvalho e Eurico Rezende.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior.

O Senhor Presidente, iniciando os trabalhos, passa a presidência ao Senhor Senador Lóvão da Silveira, na conformidade do Parágrafo único, do art. 82, do Regimento Interno, e, em seguida, relata, favoravelmente, Projeto de Lei do Senado nº 28, de 1963, que dá ao aeroporto de Manaus e denominação de "Aeroporto Afurcaba".

Em discussão, é aprovada unanimemente.

Proseguindo, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Ruy Carneiro, que relata, nos termos do art. 325, item 3, do Regimento Interno, Projeto de Lei do Senado nº 59, de 1962, que dispõe sobre a venda dos apartamentos dos Institutos de Aposentadoria e Pensões do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado si-

tuados em Brasília, aos atuais moradores.

Em discussão, é aprovado por unanimidade:

Continuando, o Senhor Senador Ruy Carneiro relata, pela aprovação, Projeto de Lei do Senado nº 36, de 1962, que autoriza a entrega ao Diretor Geral da Secretaria do Senado Federal, das verbas destinadas a mesma, Secretaria.

Em discussão, é aprovado por unanimidade:

Continuando com a palavra o Senhor Senador Ruy Carneiro, que relata, pela institucionalidade, Projeto de Lei do Senado nº 6, de 1960, que autoriza o Poder Executivo a organizar e instalar uma exposição agropecuária em Brasília.

Em discussão, é aprovado por unanimidade:

A seguir, o Senhor Senador Ruy Carneiro relata, favoravelmente, Projeto de Resolução nº 21, de 1963, que autoriza a Mesa do Senado Federal a entrar em entendimento com a Mesa da Câmara dos Deputados para o efeito de se proceder a edição pelo Congresso Nacional, das obras completas de José Bonifácio de Andrada e Silva.

Em discussão, é aprovado unanimemente:

Com a palavra, ainda, o Senhor Senador Ruy Carneiro, que relata, pela aprovação, Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 1963, que aprova o Convênio para a constituição de um Centro de Estudos sobre a Agricultura Brasileira, assinado no Rio de Janeiro a 6 de setembro de 1958.

Em discussão, é aprovada por unanimidade:

Com a palavra o Senhor Senador Jefferson de Aguiar, que relata, favoravelmente, Ofício nº 2, de 1963, em que o Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República solicita seja posto a disposição daquele Gabinete com todas as vantagens de seu cargo, o servidor desta Secretaria, Murilo Marroquim de Souza, Redator PL-3.

Em discussão, é aprovada unanimemente.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, da qual eu, Ronaldo Ferreira Dias, secretário, lavrei a presente ata, que aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 117ª SESSÃO, EM 2 DE AGOSTO DE 1963 — 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 5ª LEGISLATURA

PRESIDENCIA DOS SRS. NOGUEIRA DA GAMA, CATETE PINHEIRO E GUIDO MONDIN

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Edmundo Levy;
Eugenio Barros;
Menezes Pimentel;
Manoel Vilarés;
Silvestre Péricles;
Heribaldo Vieira;
Aloysio de Carvalho;
Josephat Marinho;
Jefferson de Aguiar;
Raul Giuberti;
José Feliciano;
Gastão Müller;
Adolpho Franco;
Antonio Carlos;
Atilio Fontana;
Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 17 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O 1º Secretário lê o seguinte **EXPEDIENTE**

Parecer nº 336, de 1963

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 6, de 1963, que autoriza o Poder Executivo a organizar e instalar uma exposição agropecuária em Brasília.

Relator: Sr. Rui Carneiro.

Está certo o Ilustre Autor da presente proposição, quando diz que só agora, com a instalação da Capital Federal no planalto, a região centro-oeste do país começa a merecer as atenções dos poderes públicos.

Está certo, igualmente, ao declarar "que se torna imperioso o incremento das fontes produtoras dessa região, através de medidas que incentivem os agricultores e pecuaristas, não só no que tange ao aumento da produtividade, senão também, no que respeita ao aprimoramento qualitativo dos produtos regionais".

E está certo, ainda, quando afirma que, para alcançar tal objetivo, "impõe-se a instalação de uma exposição agropecuária no Distrito Federal para criar condições mínimas de interesse em torno de tão relevante problema".

E é louvável, portanto, o espírito que presidiu à elaboração do projeto pelo qual se autoriza o Poder Executivo a organizar e instalar atualmente em Brasília uma exposição-feira agropecuária de produtos da região centro-oeste do País.

Reconhecendo, embora, todos esses fatos somos, contudo, levados a discordar da Proposição, uma vez que, como está redigida, revela-se um instrumento juridicamente impróprio para atingir os objetivos visados.

Realmente o Poder Executivo não carece da autorização que se lhe quer dar, para organizar e instalar uma exposição agropecuária em Brasília, coisa que poderá fazer no momento que julgar conveniente.

Assim inicialmente, o projeto se afigura inócuo.

Mas não é apenas redundante o projeto senão, também, inconstitucional, visto que no parágrafo único do artigo 1º, determina que o Poder Executivo fará constar da proposta orçamentária da União dotação específica para atender à organização e instalação da citada exposição.

Confirma-se claramente na espécie a matéria financeira a que impõe o Senado da iniciativa do projeto e a lei do que prescrevem o artigo 67 § 1º da Constituição Federal.

Feitas essas considerações opinamos pela rejeição do projeto por inconstitucional.

Sala das Comissões em 31 de julho de 1963. — Silvestre Péricles Presidente; Rui Carneiro Relator; Edmundo Leal; Aracimo de Figueiredo; Jefferson de Aguiar; Lobão da Silveira.

Parecer nº 337, de 1963

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Processo nº... de 1963 em que o Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República solicita seja vósio a disposição daquele Gabinete com todas as vantagens de seu cargo, o servidor desta Secretaria Murilo Marroquim de Souza, Redator, PL-3.

Relator: Sr. Jefferson de Aguiar.

A vista de ter sido cumprida diligência solicitada por este Órgão Técnico, volta ao estudo desta Comissão o Processo nº... de 1963, em que o Chefe do Gabinete Civil da Presi-

dência da República pede seja colocado a disposição daquele Gabinete, com todas as vantagens de seu cargo, o servidor da Secretaria do Senado, Murilo Marroquim de Souza, Redator, PL-3.

A diligência visava a obter as seguintes informações:

a) quais os precedentes relativos à espécie; e
b) se, tendo em vista a necessidade do serviço, o referido servidor pode ser dispensado de suas funções junto à Secretaria do Senado.

Quando à primeira indagação, verifica-se que as decisões da Comissão Diretora não são uniformes, variando em função de casos concretos que lhe são submetidos.

Assim, não só em referência ao servidor cujo afastamento ora se pleiteia, senão, também a respeito do funcionário José Benício Tavares da Cunha Melo, pode constatar-se o deferimento de afastamentos por tempo indeterminado, em contraposição a outros autorizados por prazo certo; — João Batista Castellan Branco, por dois anos; Manoel José de Souza, por dois anos; Tomaz Pompeu Accioly Borges, por dois anos; José Vicente de Oliveira Martins, por dois anos etc.

No que tange ao segundo item da diligência, a Diretora de Publicações salienta que nada tem a opor ao pedido de afastamento, vez que, o citado funcionário, embora lotado na sua diretoria, se encontra prestando serviços ao Gabinete do Líder da Maioria.

A resposta da Diretora de Publicações, data venia, não atende ao requerido na diligência, pois, deixa de esclarecer, tendo em conta a necessidade do serviço, se o referido funcionário é ou não dispensável.

De qualquer modo, do ponto de vista jurídico estatutário segundo o preceituado no artigo 92 da Resolução nº 6, de 1960 o afastamento do funcionário do Senado só poderá ser autorizado para fim determinado e prazo certo, nunca superior a dois anos.

Assim prescreve o artigo 92 da Resolução nº 6, de 1960:

"Art. 92. O afastamento do funcionário para servir em outra repartição, por qualquer motivo só se verificará nos casos previstos neste Regulamento, mediante prévia autorização do Senado, para fim determinado e prazo certo, nunca superior a dois anos, prorrogáveis".

Neste particular, o nosso entendimento, já que se permite a prorrogação do prazo de afastamento e o de que as autorizações devam limitar-se a períodos certos, de 6 (seis) meses por exemplo no fim dos quais seja permitido à administração reexaminar a matéria, tendo em conta o interesse de seus serviços.

Em face do exposto entendo que a solicitação deve ser deferida pelo prazo de 6 (seis) meses obedecidas as prescrições do artigo 92 da Resolução nº 6, de 1960, mas a Comissão, por maioria assegura-lhe o prazo de dois (2) anos.

Sala das Comissões em 31 de julho de 1963. — Silvestre Péricles, Presidente; Jefferson de Aguiar Relator; Edmundo Leal; Aracimo de Figueiredo; Rui Carneiro; Lobão da Silveira; Jansenhat Marinho.

O SR. PRESIDENTE:

Está lida a leitura do expediente.

A Presidência deferiu, hoje, os seguintes requerimentos de informações apresentados nas duas últimas sessões:

521 e 522, do Sr. Senador Gastão Müller;

531, do Sr. Senador Raul Guber-

532, do Sr. Senador Vivaldo Lima.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa requerimentos de informações, que vão ser lidos.

São lidos os seguintes:

Requerimento nº 534, de 1963

Sr. Presidente

Requeiro, regimentalmente, se oficie ao Sr. Ministro da Educação e Cultura, para que informe o seguinte:

1. Quanto despendeu o Serviço Nacional de Teatro ou a Campanha Nacional do Teatro com a viagem à França, em 1962?

Relacionar: a) nomes; b) funções.

2. O afastamento dos ditos funcionários obedeceu ao preceito constante do Nº XI do Art. 78, da Lei número 1.711, de 28-10-53?

Qual o objetivo da viagem ao exterior e quais os resultados obtidos? (Remeter cópia do Relatório).

4. Quanto despendeu o Teatro Nacional de Comédia na excursão ao Juguai, em 1962?

5. Havia participantes do elenco do TNC que também são funcionários públicos em outros órgãos da União ou do Estado da Guanabara?

Em caso afirmativo, citar:

a) nomes;
b) vencimentos do cargo efetivo e do contrato no TNC — deste último, valor no país e no exterior;

c) atos ou atos legais para a ausência do país (Art. 37, da Lei nº 1.711, de 28-10-53).

6. Servidores burocratas ou contratados da Campanha Nacional do Teatro participaram como figurantes no desempenho de "O Pagador de Promessas"? Em caso afirmativo, citar:

a) nomes;
b) importância de "cachets" paga por capita;

c) regiões da preferência a profissionais do palco.

7. Por que o ENT não promoveu o comparecimento da representação do Brasil no Festival do Teatro das Nações — "Ciclo do Teatro Negro"?

8. A Campanha Nacional do Teatro tem ou teve depósitos em bancos particulares nos períodos de 1961, 1962 e 1963?

9. Há professores que dão aulas em suas residências particulares ativas de realizá-las no Conservatório Nacional de Teatro?

Em caso afirmativo, citar:

a) nomes;
b) razões da transferência de domínio escolar.

10. Há professores que utilizam vestuário de provas públicas em exposições de interesse financeiro privado?

Em caso afirmativo, citar:

a) nomes;
b) disciplinas;
c) responsáveis diretos pelo patrimônio.

11. O Curso de Coreografia foi despejado do prédio da Rua Santa Luzia, 789, grupo 1.102, em março último?

12. Os aluguéis do prédio na Avenida Oswaldo Cruz, 121 onde funciona o Conservatório Nacional de Teatro, estão sendo pagos com regularidade?

13. Há funcionários que exercem cumulativamente, funções gratificadas no SNT e na CNT?

Em caso afirmativo, citar:

a) nomes;
b) cargos;
c) funções acumuladas;
d) remunerações.

14. Qual a dotação destinada à publicação de obras de teatro?

(Informar a relação das obras editadas em 1962 e 1963 e o dispêndio orçamentário até a presente data).

15. Que realizou a Comissão de Teatro Infantil, de 1962 a está de 1963?

16. Quais os estudos feitos pelo corpo técnico do SNT sobre os problemas teatrais no país?

17. Em que foram aplicadas as verbas orçamentárias do SNT e da CNT no decorrer do exercício de 1962?

18. O SNT fez alguma pesquisa e planejou qualquer atividade no campo do teatro para adolescentes e do teatro de fantoches?

19. Quais os planos da CNT visando à expansão do teatro em todo o país?

20. Que espécie de assistência prestou ou presta a CNT aos grupos amadores nos Estados?

21. Qual a peça com que o Teatro Nacional de Comédia vai inaugurar a sua temporada oficial do corrente ano? Responder o seguinte: a) título da peça; b) número e nomes de intérpretes, incluindo figurantes, produtor, diretor, cenotécnicos, figurantista, cenógrafo, compositor, maestro-ensaiador etc.; c) orçamento da produção inclusive custo da publicidade de direitos autorais ou de "royalties", em caso de contrato para representações ou de tradução, se se tratar de obra estrangeira.

22. O Serviço Nacional de Teatro em preservado, por força de competência legislativa, o exato cumprimento da Lei nº 1.565-02, regulamentada pelo Decreto nº 39.423, de 19-6-55 por parte das empresas teatrais brasileiras?

23. O Teatro Nacional de Comédia tem dado preferência, em matéria de repertório, a autores nacionais?

24. Quais os servidores da Campanha Nacional do Teatro que tem participado das temporadas do Teatro Nacional de Comédia, sob condições de remuneração a "cachê"?

Citar: a) nomes; b) importância dos "cachets"; c) cargos e funções gratificadas exercidas na CNT com respectivos vencimentos e importância da gratificação.

25. O Teatro Social, que dispõe de destaque de verba, tem tido atividade? Citar: localidades visitadas, peças representadas, elencos, montante das despesas, pesquisas de objetivos e alcance junto às camadas populares.

Sala das Sessões, em 1 de agosto de 1963. Aarão Steinhilber.

Requerimento nº 535, de 1963

Requeiro, regimentalmente, se oficie ao Sr. Diretor da Carteira do Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A. (CACEX), para informar o seguinte:

Quantas toneladas de barrilha já entraram no País, no ano de 1963 e até a presente data?

Sala das Sessões, em 2 de agosto de 1963. Aarão Steinhilber.

O SR. PRESIDENTE:

Os requerimentos que acabam de ser lidos, não dependem de apuramento, discussão e deliberação do Plenário. Serão, depois de publicados, despachados pela Presidência.

Vai ser lido outro requerimento.

E' lido o seguinte:

Requerimento nº 536, de 1963

Nos termos do art. 253, letra "a", do Regimento Interno, requeiro a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 492, de 1963, de minha autoria, que solicita informações a Rede Ferroviária Nacional S.A. — Estrada de Ferro Leopoldina.

Sala das Sessões, em 1º de agosto de 1963. Aarão Steinhilber.

O SR. PRESIDENTE:

A matéria de que trata o requerimento que acaba de ser lido, é da competência da Presidência do Senado, que lhe dá o devido assentimento. (Pausa).

Sobre a mesa projeto de lei que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido e apoiado o projeto

Projeto de Lei do Senado nº 78, de 1963

Cria Centros de Pesquisa e Estudo de Cooperativismo nas Universidades do País, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As universidades oficiais que mantenham Escolas de Agronomia ou de Economia, são obrigadas a manter um Centro de Pesquisas e Estudo de Cooperativismo destinado à expansão deste sistema econômico-social na área de sua atuação cultural e educativa.

Art. 2º. Cada Centro possuirá, pelo menos, quatro departamentos ou setores assim distribuídos: um de Economia Política (ou de Economia Rural, quando se tratar de Universidades Rurais), um de Sociologia da Cooperaçao, um de Administração Empresarial e outro de Legislação Cooperativa e Tributária. Os quais serão dirigidos pelos professores das cadeiras correspondentes ou afins.

Art. 3º. As Universidades facilitarão o local e instalações para o funcionamento dos Centros, cedendo-lhes ainda a equipe técnica e auxiliar com os respectivos salários mediante regime de colaboração a ser fixado pelos órgãos competentes.

Art. 4º. A direção do Centro caberá, em cada ano, rotativamente, a cada um dos professores que dirigem os departamentos referidos no Art. 2º.

Art. 5º. Além das pesquisas e estudos de rotina, cada Centro promoverá a introdução, no curriculum universitário das Faculdades ou Escolas de Economia, Direito, Agronomia e Sociologia, de temas e conferências especiais sobre a matéria, visando à formação de quadros especializados.

Parágrafo único. Cada Centro manterá cursos de extensão cooperativista para matrícula facultativa e frequência de alunos do estabelecimento universitário, e de outras escolas, do pessoal das cooperativas e par apúblico em geral, mediante articulações com os organismos especializados da União, dos Estados e das entidades particulares.

Art. 6º. Cada Centro divulgará seus trabalhos para conhecimento do público em geral, utilizando os meios de difusão a seu alcance.

Art. 7º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. José Feliciano.

Justificação

A emancipação econômica de certas categorias de pessoas; a eliminação dos intermediários; a substituição da concorrência pela solidariedade; a manutenção da propriedade provada com o espírito da vivência em coletividade; a diminuição da influência do Capital como fator dirigente, etc. são princípios dos mais convenientes à economia nacional, principalmente, na fase social de grande intranquilidade pela qual passamos. E o que vemos em nossa Pátria?

1. Comparativamente com outros países, notadamente da Europa, o Brasil nada tem feito no âmbito universitário em relação às pesquisas e estudos de cooperativismo. Entre nós, além do Centro Nacional de Estudos Cooperativos sediado no Rio de Janeiro, que organiza cursos, publica uma revista bimestral e já realizou uma pesquisa econômico-social de âmbito nacional, há cursos esporádicos mantidos pela Diretoria de Cooperativismo no Rio Grande do Sul (que possui uma Escola Técnica de Cooperativismo), pelos Departamentos de Assistência a Cooperativismo de São Paulo, Pernambuco e Minas Gerais (este último com o caráter de curso por correspondência) e praticamente

nada mais. Recentemente o governo do Estado do Ceará criou uma Escola de Cooperativismo, cujo financiamento, entretanto, ainda não se realizou. Tudo isso, porém, é feito fora do âmbito estrito das escolas, faculdades e universidades que se têm mostrado indiferentes ou omissas no assunto.

Quando se compara este quadro melancólico com o que se vem realizando em outros países, verifica-se quanto ainda estamos atrasados neste campo. A Universidade de São Francisco Xavier, em Antigonish, no Canadá, há quase 30 anos mantém um Serviço de Extensão Cooperativista que não somente mantém cursos de formação e capacitação, como por igual forma realiza pesquisas, debates públicos e promove a organização de cooperativas. Notável é seu trabalho prático entre os pescadores das Províncias Marítimas, entre as populações de pequenas comunidades (construção de habitações) e no meio urbano e rural através a organização de cooperativas de crédito. Nos Estados Unidos várias são as universidades que dão igual importância à matéria, sendo oportuno citar, por sua importância e projeção, o trabalho realizado pela Universidade do Estado de Washington (Pullman); mas quase todas as universidades americanas têm estimulado a formação de departamentos especializados para estudos do problema. Bem próxima de nós está a Argentina, cuja Universidade de La Plata mantém um Instituto de Estudos Cooperativos que realiza pesquisas, dá cursos e edita uma revista periódica de larga circulação.

Na Europa a expansão ainda é mais significativa. A Universidade de Madrid dá cursos regulares. A Universidade de Paris, desde o tempo em que lá pontificavam um mestre da estrutura do prof. Charles Gide, mantém o mesmo serviço através de suas Faculdades de Direito e de Sociologia, sem falar em outros institutos públicos e privados, inclusive a Sorbonne. Na Bélgica, a Universidade de Liège faz o mesmo. Na Alemanha, as Universidades de Erlangen, Frankfurt, Marbourg e Munster possuem Institutos de Pesquisas e Estudos solidamente estruturados se de largo prestígio na opinião pública. Em todos os países socialistas há institutos e escolas de cooperativismo em abundância, atingindo a dezenas o número das que existem e funcionam na União Soviética. Famosos são os Colégios Cooperativos da Inglaterra, da Suíça, da Noruega, da Dinamarca, da Suécia e da Finlândia. Pelo Oriente, especialmente no Japão, na Índia e no Paquistão há organizações semelhantes. No Brasil somente agora, através de trabalho preparado por um grupo de especialistas designado pelo Ministério das Reformas Administrativas, cogita-se da criação de uma Escola Nacional de Cooperativismo vinculada, possivelmente, ao Ministério da Agricultura.

Os institutos especializados da Alemanha, que estão muito evoluídos, possuem 4 Departamentos a cargo dos professores das respectivas cadeiras, assim distribuídos: um de Economia Política, um de Sociologia da Cooperaçao, um de Administração de Empresas e outro de Legislação Cooperativa e Tributária. As Universidades cedem o local para instalação, a equipe técnica a respectivos salários. Algumas vezes o próprio Movimento Cooperativo e os governos estadual e municipal ajudam financeiramente o custeio dos trabalhos. Quando qualquer entidades particular ou oficial se interessa por determinada investigação, ela mesma financia o trabalho. Os Institutos fazem pesquisas relacionadas com a natureza de seus referidos departamentos, promovem seminários intercalados com excursões e cooperativas da região, imprimem e divulgam seus estudos através de folhetos, livros e revistas, além de in-

troduzirem no curriculum conferências especiais sobre os temas aludidos.

Em um trabalho do prof. H. K. Nook, da Universidade de Munster são dadas as seguintes razões que justificam a manutenção de tais institutos:

a) Sendo a cooperativa uma forma sui generis de organização de negócios, certo número de economias domésticas ou de pequenas empresas se, uma para melhorar seus objetivos econômicos por meio de uma exploração comum; é, portanto, uma forma única de organização de negócios, que difere, consideravelmente, de qualquer outra forma de combinação horizontal ou de integração vertical, resultando que um fenômeno tão especial apresentará problemas especiais quanto à economia política, à sociologia, ao direito e à gestão empresarial; é portanto necessário dispor de um campo especial para investigar sua ação e efeito;

b) Investigação e o ensino do cooperativismo são necessários porque as cooperativas, suas uniões e federações representam um importante de lograr a estabilidade econômica nos países em desenvolvimento; portanto, os estudantes de hoje, que serão os economistas, advogados, sociólogos, professores e funcionários públicos de amanhã, devem saber o que é, realmente, a cooperação, e o que se poderá ou não fazer dela; além do mais, as cooperativas também necessitam de assessoramento sobre as formas de adaptação a novas condições em um mundo econômico que evolue constantemente;

c) Há necessidade de institutos universitários qualificados e independentes para a realização de tais investigações, para que dêem assistência objetiva a todas as partes interessadas nos aspectos práticos ou teóricos da cooperação, fato que é de grande importância para os países em que os grupos adversos exercem pressão para impedir o progresso do Movimento.

Comentando o assunto em seu livro "Mudança e Rotina" o Sr. Valdir Moura uma das maiores autoridades em cooperativismo, observou: "São razões óbvias que justificam a preocupação das universidades alemãs por problema tão complexo quanto de substancial interesse para a estrutura presente e futura da economia mundial. As cooperativas prestigiam este trabalho, conforme tive oportunidade de verificar nos diversos debates travados após, ou no decorso das visitas. Diversa é a nossa concepção dessas coisas. É frequente encontramos eminentes professores universitários que acham irrisórias tais preocupações, porque consideram o cooperativismo matéria sem importância e indigna de seus cuidados. Mostra isso que estamos atrasados no campo das investigações econômicas e sociológicas. Os professores universitários da Europa e dos Estados Unidos estão incomparavelmente mais avançados do que os nossos, e eu acredito, talvez com certa antevisão profética, que serão necessários cem anos e algumas hecatombes universais, para que a distância seja recuperada. Muito antes disso a Argentina nos superará, porque a Universidade de La Plata já vem dando demonstrações inequívocas de sua atualização científica, através das pesquisas conduzidas pelo seu promissor Instituto de Estudos Cooperativos".

Urge, pois, acelerar o processo de aperfeiçoamento dos conhecimentos especializados, sobretudo em uma época como a que vivemos, agitada e ao mesmo tempo fecundada pelos debates em torno das reformas básicas. A Reforma Agrária e a Reforma Bancária, por exemplo, pouca atenção deram à fórmula cooperativa,

sendo de notar que esta última, ao contrário, cria uma situação difícil e insustentável para as cooperativas de crédito, que não terão condições para sobrevivência ante as restrições funcionais que lhe foram impostas. Quanto à Reforma Agrária, nenhum país que a encarou e solucionou, desprezou a importância do cooperativismo como um instrumento para a sua realização. Infelizmente, adstritos a um grupo reduzido de estudiosos da matéria, não temos quadros de especialistas, nem elite, intelectual e científica, nem mesmo setores parciais preparados para enfrentar uma tal conjuntura dentro do esquema democrático da Cooperaçao. Acreditamos, por isso, que a criação de institutos especializados para pesquisas e estudos da matéria dentro de nossas universidades, contribuirá para a formação dos quadros técnicos de que tanto carecemos no momento e que mais se acentuarão no futuro, à medida que expandirmos a conquista do oeste brasileiro.

Cumpramos observar que o projeto em apreço não acarreta qualquer ônus financeiro e seus objetivos são do mais alto alcance educacional e econômico. Sala das Comissões, em 2 de agosto de 1963. — José Feliciano.

As Comissões de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura, de Serviço Público Civil e de Finanças,

O SR. PRESIDENTE:

O projeto vai às Comissões competentes.

Há oradores inscritos.
Tem a palavra o nobre Senador Atilio Fontana.

O SR. ATILIO FONTANA:

Sr. Presidente, Senhores Senadores, regressel ontem de Santa Catarina, Estado que tenho a honra de representar nesta Casa. Percorri vários municípios e regiões daquele Estado.

Assisti à Exposição de milho híbrido e de produtos derivados no Município de Concórdia. Verifiquei, Senhor Presidente, o resultado magnífico que a semente híbrida de milho traz aos agricultores que a cultivam. Observei o grande entusiasmo de uma centena de expositores que louvaram as vantagens do plantio da semente de milho híbrido. Chamou-me a atenção a longa série de produtos derivados desse cereal. Havia na Exposição um serviço de arte culinária, através do qual se demonstrava a excelência do milho, como alimento, se preparado convenientemente.

Ainda que o seu preço continue baixo, há realmente entusiasmo em ampliar a lavoura de milho com semente híbrida, isto porque se desenvolve, ou naquela região, a suinocultura, bem como a agricultura principais fontes de riqueza do leste catarinense.

Esta é iniciativa recente, da há três anos talvez, mas que se desenvolve de maneira muito desembaraçada, com muita técnica, e dando ótimos resultados.

Os lavradores, têm aceitado a orientação dos técnicos, e o Banco do Brasil S. A. tem proporcionado financiamento aos que desejam construir granjas avícolas nos moldes da técnica moderna. No Estado, granjas especializadas distribuem pintos de um dia, bem como ração balanceada de ótima qualidade, pelo que a avicultura, naquela Unidade da Federação, tende a desenvolver-se, e a carne de ave poder substituir, em boa parte, a exemplo do que se constata nos países mais progressistas, a carne bovina, que é considerada carne nobre, de exportação, mas cuja produção é de custo mais alto do que a de ave

Tive também oportunidade de assistir à Exposição Agropecuária de Jaraguá do Sul, domingo último. Notava-se o entusiasmo dos lavradores que, empregando técnica mais avançada, obtiveram resultados compensadores. A Secretaria da Agricultura de Santa Catarina vem distribuindo regular quantidade de sementes, não apenas de milho híbrido, mas também de arroz, de feijão soja, de amendoim e de trigo.

Estavam reunidos os líderes do Clube Quatro S, filiados à Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina — ACARESC — que vem desempenhando papel de grande relevância junto aos agricultores do Estado. Além de agrônomos e veterinários que orientam os lavradores nas tarefas de cultivo da terra e criação de animais, há também Assistentes Sociais, dando valiosa colaboração às famílias dos agricultores. Enfim, observei naquela exposição o magnífico trabalho que a ACARESC vem desempenhando em Santa Catarina, já que ela dispõe de um grande número de agrônomos e veterinários em diversos Municípios catarinenses onde tem seus escritórios.

O milho híbrido, também na exposição de Jaraguá, se fez notar em sua grande vantagem em relação ao milho comum e chegamos à conclusão, Sr. Presidente, de que essa riqueza, que é a produção de milho como bem o dizia o Sr. Renato Costa Lima, ex-Ministro da Agricultura, é uma grande riqueza de uma Nação, devemos trabalhar para manter os países cheios de milho porque onde há o milho há ovos, há leite, há gorduras, há carne e há alimentos, enfim, para o povo.

É preciso, pois, que possamos desenvolver em nosso País a produção de sementes de milho híbrido; a percentagem que está sendo cultivada no Brasil, ainda é muito reduzida, em comparação com a lavoura de milho comum. Se fosse desenvolvida a semente de milho híbrido para ser distribuída entre os lavradores, poderíamos aumentar extraordinariamente a nossa produção. Se o Governo procurar remover os obstáculos e dificuldades que encontram os produtores de milho híbrido e reduzir as despesas, principalmente, portuárias, poderemos exportá-lo em grande escala e ter, também, quantidade suficiente para ampliar os nossos rebanhos de animais de pequeno porte, principalmente da avicultura, da suinicultura e outros.

Sabemos, porém, que o milho, desde a sua colheita até que seja embarcado nos navios dos nossos portos para os países estrangeiros, demanda uma despesa muito grande.

Leio, num recorte de jornal, que tenho em mãos, as declarações do eminente Deputado paulista, Ulisses Guimarães, em que menciona que no Porto de Santos, o quilo de mercadoria embarcada faz uma despesa de Cr\$ 12,00.

No interior do Estado do Paraná e mesmo em Santa Catarina, há lugares em que o milho não alcança o preço de Cr\$ 12,00 em quilo. Assim, o produtor, que, além da despesa com a terra, corre também riscos, — porque todas as lavouras estão sujeitas às condições climáticas e meteorológicas adversas — ele não recebe a Cr\$ 720,00 o saco, que representam Cr\$ 12,00 o quilo, em que incidem as despesas no port. de Santos.

O Sr. José Feliciano — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. ATILIO FONTANA — Com todo o prazer.

O Sr. José Feliciano — A despesa a que V. Ex. se refere é exclusivamente a do Porto de Santos, à qual se pode acrescentar a do transporte rodoviário da zona de produção até a estrada de ferro, ou até o Porto de Santos. Por

ai se vê que o transporte de uma saca de milho talvez custe o dobro do preço de produto na área produtora do seu Estado, também no Estado do Paraná.

O SR. ATILIO FONTANA — Muito grato pelo aparte de V. Ex., que vem em abono às minhas modestas palavras, para esclarecer a situação dos nossos lavradores e as dificuldades na exportação desse rico cereal, que é o milho.

Dai por que, Sr. Presidente, entendemos ser preciso reverter tais dificuldades. Há possibilidade. Devemos procurar solucionar o transporte de milho a granel. O milho não deve ser transportado ensacado.

O Sr. José Ermírio — Permite V. Ex. um aparte? (Assentimento do orador) — Para o caso de Santa Catarina a única solução que existe é a de melhorar o Porto de Antonina, através do qual a exportação a granel é possível; melhorando o Porto, poderá o produto ser embarcado todo em Antonina, com despesas razoáveis e com isso se evitará viagem maior até o Porto de Santos.

O SR. ATILIO FONTANA — Muito grato pelo aparte do Senador José Ermírio. O milho de Santa Catarina, nobre Senador, é consumido quase em sua totalidade, como ainda há pouco me referi, pelo rebanho de animais de pequeno porte, principalmente os suínos. Depois de um período de desestímulo ao suinocultor, porque o preço havia baixado além de um limite justo, veio a escassez. Os preços dos produtos derivados de suínos estão agora alcançando um nível compensador. Dai também estar havendo certo desenvolvimento da suinocultura em Santa Catarina e o grande consumo dessa rica forragem que é o milho, na suinocultura e na avicultura do nosso Estado.

Mas, nós entendemos que o Brasil tem condições para produzir milho em larga escala e poder exportar o excedente de produção, além de aumentar o consumo interno e aumentar, em muito, uma fonte de divisas, que poderá até cobrir a despesa que temos com a importação de trigo para o pão misto, introduzido pelo nobre Senador Ermírio de Moraes, quando Ministro da Agricultura através de uma Portaria determinando aos moitos essa providência que está sendo, realmente, aplicada: a mistura do milho com o trigo.

Mesmo assim, e ainda que se procure desenvolver a triticultura em nosso país, os setenta e cinco milhões de brasileiros não poderão ser supridos, apenas, com a produção do trigo nacional. Seria difícil por enquanto. Mas poderemos, então, exportar milho em maior escala com as divisas que obtivermos com a exportação desse produto, poderemos, inclusive, cobrir as importações de trigo.

Este é o caminho, pois o Brasil tem condições para produzir milho em larga escala: condições ecológicas, fisiológicas etc. O que não temos é as mesmas condições para produzir trigo. As lavouras de trigo são próprias dos climas temperados, dos climas onde o inverno é bastante frio.

O Sr. José Ermírio — Permite V. Ex. um aparte? (Assentimento do orador) — As margens do São Francisco a produção de trigo, plantado a título experimental, foi da ordem de dois mil e quinhentos quilos por hectare. Portanto, a produção do trigo não se limita, apenas, às zonas temperadas. Dependendo da semente, do modo de plantio e da ocasião em que é plantado. Realmente, a produção do milho no Brasil deve ser ampliada pois um país que importa cento e sessenta e cinco milhões de dólares de trigo e paga 35 milhões de frete, tem necessariamente que produzir trigo em quantidade. Acredito que dentro de poucos anos não importaremos trigo. Creio que os moageiros clientes da dificuldade cambial com que se defronta o país que não tem câmbio e vive pe-

dindo ajuda, terão força de vontade para plantar trigo e ter autosuficiência necessária.

O SR. ATILIO FONTANA — Agradeço o aparte do nobre Senador José Ermírio.

O Sr. José Feliciano — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. ATILIO FONTANA — Com todo o prazer.

O Sr. José Feliciano — Corroborando as afirmações do nobre Senador José Ermírio, dou o meu testemunho de que no Estado de Goiás fora da tradicional região tritícola que é a Chapada do Veadeiro na região sudoeste goiana, existe lavouras de trigo que dão rendimento excepcional, apesar das condições de clima, de altitude e da temperatura normal em todo o Estado de Goiás. Assim é que vamos, numa altitude de setecentos e cinquenta metros, no clima da maioria do território goiano e nas condições de seca e chuva do interior brasileiro, produzir-se trigo da melhor qualidade. Há, porém, uma única dificuldade: é que o seu preço alcança, exatamente, metade do custo que obterá o produtor, se empregasse sua atividade na cultura do arroz.

O SR. ATILIO FONTANA — Muito grato pelo aparte de V. Ex.

Nobres Senadores, venho acompanhando o problema do trigo e sentindo-o, na própria carne, há mais de vinte anos; venho acompanhando o esforço que tem sido feito pelo Governo brasileiro e também pelos Governos dos Estados, inclusive pelo do Estado de São Paulo. Tenho acompanhado, com muito interesse, a vontade em produzir trigo no Estado de São Paulo.

Não há dúvida de que o trigo nos anos em que o tempo corre bem, pode ser produzido até no clima tropical. Mas é uma lavoura incerta. Dai vemos, este ano, no Estado de São Paulo, onde existem lavouras extensas de trigo, mas que a seca prematura não permitiu que crescessem, se desenvolvessem e produzissem, como seria necessário, para serem consideradas lavouras econômicas. Aliás, como bem referiu o nobre Senador por Goiás, a lavoura de trigo em nosso meio, além de tudo, não é econômica. Venho acompanhando de perto o problema e sei, perfeitamente, a luta que têm travado nossos triticultores, sem uma justa recompensa. Não é uma lavoura econômica, pois obriga o Governo brasileiro a adotar uma política de subvenção à importação do trigo estrangeiro...

O Sr. José Ermírio — Isto é outra coisa.

O SR. ATILIO FONTANA — que é entregue ao moineiro, fazendo competição ao produto nacional.

Assim, entendemos que o melhor caminho a seguir, indicado pelo bom senso, é procurarmos produzir em nosso País tudo que é próprio para um clima tropical, e não copiar dos países de clima temperado a produção que procuram ter e com economia, como é o caso do trigo. Não podemos pensar que o Brasil deva produzir trigo, porque a Europa produz...

O Sr. José Ermírio — É outro aspecto.

O SR. ATILIO FONTANA — que o Brasil produza trigo, como produzem os Estados Unidos, o Canadá, a Austrália e a Argentina. É necessário que os nobres Senadores possam: qual o país de clima semelhante ao nosso grande produtor de trigo? Não existe.

Estudamos o problema e podemos afirmar que não existe país grande produtor de trigo na latitude do nosso país.

O Sr. José Ermírio — Desejaria um aparte.

O SR. ATILIO FONTANA — Vamos ouvir, com prazer, o aparte do nobre Senador José Ermírio.

O Sr. José Ermírio — A produção de trigo tem-se desenvolvido em países como a Itália. No sul da Itália, o Mediterrâneo propicia um clima rela-

tivamente quente e uma produção de 8 milhões de toneladas anualmente.

O SR. ATILIO FONTANA — O sul da Itália alcança uma latitude de 32 graus e o Brasil alcança em São Paulo uma variedade de 19 a 20 graus.

O Sr. José Ermírio — O que corrige o clima na Itália é a zona mediterrânea e o vento da África — é o que lhe dá valor — e não existe lá esta severidade de clima. Também o México hoje, está produzindo trigo, assim como todo país organizado. No Paraná, por exemplo, há lugares cuja temperatura vai a 10 graus abaixo de zero e, em Santa Catarina há regiões que alcançam a mesma temperatura. V. Ex. declarou, há pouco, que São Paulo não produziu o trigo necessário, como se esperava. Por quê? Também em São Paulo não houve cana de açúcar, este ano, como se esperava.

A safra de 30 milhões de sacas será reduzida a 20 milhões, por causa da seca. Logo, essa baixa produção decorre de um ato de Deus de um motivo de força maior e, para essas eventualidades, precisa existir o seguro agrícola, a garantia de que o lavrador não será sacrificado. Ora, país realmente organizado, o que faz? Procura solucionar os problemas dentro de casa, não espera que estranhos venham ajudá-lo. E o Brasil pode solucioná-los. Afirmando ao Senado que só o Paraná poderá fornecer trigo para todo o Brasil. Só o Estado do Paraná! Milho é produção mundial. Os Estados Unidos produzem quatro vezes mais milho do que trigo, isto é: quatro bilhões e oitocentos milhões de bushels e um bilhão e duzentos milhões de trigo. Então, se lá é possível produzir-se trigo e milho, por que não no Brasil? A meu ver, existe um pouco de falta de vontade por parte dos moageiros. Quando estive à frente do Ministério da Agricultura briguei muito com os moageiros, e fui mesmo o ator daquela Portaria obrigando os 15% de milho no pão. Felizmente — creio — está sendo cumprida; talvez em Santa Catarina não esteja porque lá não existe milho, que, aliás poderia ser levado do Paraná, que o produz em grande quantidade. Penso que um País sem recursos para sua sobrevivência, precisando exportar para manter, essencialmente, as indústrias de base para seu desenvolvimento tem de plantar milho, trigo, laranja, cana de açúcar etc. Agora vamos importar açúcar! Então é por que a cana de açúcar não dá no Brasil? Açúcar teríamos, em grande quantidade caso não sobreviesse a seca em São Paulo. Caso contrário, teríamos açúcar e também trigo para exportar. Mas, não nos devemos queixar do clima nem da qualidade da nossa terra e sim dos homens que não querem plantar.

O SR. ATILIO FONTANA — Realmente, nobre Senador José Ermírio a política do próprio Governo, às vezes, não favorece, não estimula maior produção. Este o resultado que se observa até na própria lavoura de cana por que, o Instituto do Açúcar e do Alcool tem feito restrições à criação de novas usinas de açúcar. Isto tem produzido verdadeiro monopólio das usinas existentes e o desestímulo da lavoura de cana de açúcar em mãos de terceiros.

No Estado de Santa Catarina poderíamos estar produzindo açúcar não apenas para o consumo. E não estamos produzindo. Estamos produzindo uma terça parte apenas do consumo de Santa Catarina. Poderíamos produzir mais que consumimos. Consequentemente, a Instituto do Açúcar e do Alcool não tinha permitido até pouco tempo a instalação de novas usinas de açúcar. Assisti na Comissão de Economia da Câmara Federal a debates desse importante problema. Lá assisti à defesa intransigente de que não se poderia organizar nada.

O Sr. José Ermírio — Nobre Senador, há quatro anos que as quotas de açúcar não são respeitadas e se em

Santa Catarina não se planta cana de açúcar e porque não se quer plantar. São Paulo tinha uma produção de 20 milhões de toneladas e hoje tem uma produção de 40 milhões. Se outros Estados não a plantam é porque não a querem plantar. Se, em São Paulo, existem grandes safras de açúcar é porque os usineiros tiveram a coragem de desbravar terras, plantando, assegurando, assim, mecanicamente, uma produção econômica. O Brasil pode ter açúcar tanto em Santa Catarina como no Rio Grande do Sul. Mas, há quatro anos que a não se planta cana de açúcar!

O SR. ATILIO FONTANA — O Rio Grande do Sul tentou plantar cana e produzir açúcar, mas não lhe foi permitido.

O Sr. José Ermirio — Porque há quatro anos não se respeitaram as quotas de açúcar.

O SR. ATILIO FONTANA — Mas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, vou terminar após mais algumas palavras.

O Sr. Antônio Jucá — V. Exa me permite um aparte?

O SR. ATILIO FONTANA — Pois não.

O Sr. Antônio Jucá — A respeito do trigo do Brasil, quero pedir a atenção do nobre Senador para o fato de faltar a uma indústria infante como a do trigo, a proteção dos Poderes Públicos. Além da falta de proteção houve sabotagem direta à cultura do trigo no Brasil. Se retroagirmos um pouco na História, saberá o nobre Senador que a cultura do trigo não é própria às regiões frias. Foi ele cultivado, em primeiro lugar, na Ásia Menor, entre assírios e babilônios, passando para o Egito e Cartago. A celebre "Delenda Carthago" foi profetizada porque Cartago superou Roma tomando-lhe o comércio do trigo. Nós, entretanto, continuamos a produzir trigo da mesma maneira como começamos. Vimos um celeiro mundial de trigo transformado no maior importador porque, em verdade, o Brasil constitui o maior mercado importador do mundo. Daí a sabotagem em lugar do Governo brasileiro financiar a mandioca, o milho, financiou exclusivamente o trigo. Que fez mais?

Milhares e milhares de toneladas de trigo da América do Norte, trigo da Europa, o Governo norte-americano que tem de pagar-lhe a armazenagem — como fazemos, aliás em relação ao café para ao fim queimarmos o nosso próprio produto — foi vendido ao Brasil. Que fez o Governo norte-americano? Vendeu esse trigo ao Brasil cabendo-lhe a despesa com o seu transporte. O dinheiro desse trigo transformou-se no dinheiro do B.A.D. e, ao mesmo tempo, acabou com a triticultura brasileira. Seria maravilhoso se pudéssemos vender nossos excessos de café à América do Norte! Que vemos mais? O Brasil não financiando mais subsidiando 0% do valor desse trigo. Se chegava uma partida de trigo de cem milhões de cruzeiros ao moínho, o Governo, imediatamente através do Banco do Brasil, entregava ao dono desse moínho, de graça como doação do País, do povo brasileiro, cinquenta milhões de cruzeiros financiando ainda 50% dos restantes cinquenta milhões de cruzeiros. O dono do moínho somente tinha que tirar do bolso 25% do valor da importação. Foi uma sabotagem contra a triticultura brasileira, que recebia, assim sua pá de cal. Isso faz parte, acredito da nossa mentalidade colonialista. Ao tempo do domínio de Portugal, o Brasil não produzia nem podia produzir vinho ou óleo de oliva, porque era indústria exclusiva do Reino Português. Agora convenceram-nos, influenciaram na mentalidade do brasileiro que o Brasil não pode nem poderá produzir trigo, quando dispõe das melhores terras do mundo para o seu cultivo. Podemos produzir trigo para

o nosso próprio consumo e para exportar...

O Sr. José Ermirio — Apoiado!

O Sr. Antônio Jucá — ... e entrar no comércio internacional. Os países mais adiantados sabem disso. O mesmo ocorre na indústria do petróleo em que teremos que ficar como importadores e jamais como exportadores.

O SR. ATILIO FONTANA — Infelizmente, divergimos muito de ponto de vista na produção de trigo. Quanto à sabotagem a que V. Exa. se referiu, da existência de verdadeira truísta internacional do trigo...

O Sr. Antônio Jucá — Um cartel.

O SR. ATILIO FONTANA — O que tem contribuído para prejudicar a triticultura nacional, é fato indiscutível. Desde o começo deste século o Brasil já sentia essa situação, mas a verdade é que Governos, a exemplo do próprio Governo do Rio Grande do Sul, ao tempo em que era Governador o Sr. Getúlio Vargas, fizeram grande esforço no sentido de desenvolver a triticultura naquela Unidade da Federação. Isto por volta de 1925 a 1926. Mais tarde, como Presidente da República, teve sempre a melhor das intenções em prol do desenvolvimento da triticultura indígena, o mesmo sucedendo com o Presidente Eurico Gaspar Dutra, que também assim agiu, e os Presidentes que o sucederam, inclusive o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. No entanto, o que verificamos é que depois de ter alcançado uma produção da ordem de um milhão de toneladas, baixamos para a terça parte.

O Sr. Antônio Jucá — Isto é sabotagem.

O SR. ATILIO FONTANA — O fato ocorreu, principalmente porque o nosso clima não é o mais indicado para a lavoura do trigo.

O Sr. Antônio Jucá — Não apoiado.

O SR. ATILIO FONTANA — Nobre Senador, sou homem do sul, venho acompanhando o problema do trigo desde menino, desde minha infância. Meu pai era plantador de trigo em 1912, 1915 e 1920. Depois disso me transferei para Santa Catarina onde, em 1921, meu primeiro trabalho foi cultivar o trigo.

O Sr. Antônio Jucá — E dava resultado.

O SR. ATILIO FONTANA — Foi meu primeiro trabalho; cortar trigo. Conheço o problema, tenho indústria de trigo; combato o truste internacional do trigo, mas a verdade é que temos um clima instável, que não é apropriado para uma lavoura econômica. Ainda na última colheita tivemos, realmente, uma boa produção de trigo, em relação à área plantada, mas somente depois de quatro ou cinco anos de más colheitas. Nos períodos anteriores, a lavoura foi muito má. Mesmo porque, já tenho debatido aqui, faltam melhores sementes. O serviço de genética em nosso País está relegado a um plano secundário. Não há boas sementes e o clima não é o mais indicado para a produção do trigo e há a concorrência de produto estrangeiro que o Governo, ainda hoje, continua importando em o dólar a 480 cruzeiros quando o seu valor está a 350 cruzeiros.

Aliás, não é apenas o trigo produzido no Brasil que sofre a competição do seu similar estrangeiro, mas todos os gêneros alimentícios, cereais, tudo entim que serve de alimento; leguminosas como o feijão que tem o seu concorrente número um no trigo estrangeiro, que é subvencionado pelo Governo brasileiro e concorre até com o arroz, milho, batata e tantos outros que servem de sucedâneo e são consumidos no nosso País, mas, apesar disso, custam mais caro.

Naturalmente, dentro de um planejamento de fornecimento de boas sementes aos nossos triticultores, garantia de imediata colocação do trigo a um preço remunerador e confiança em que o trigo estrangeiro não competirá com o de sua produção...

O Sr. Antônio Jucá — Muito bem!

O SR. ATILIO FONTANA — ... poderemos, então, produzir mais trigo da que o que estamos produzindo.

O Sr. Antônio Carlos — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ATILIO FONTANA — Pois não.

O Sr. Antônio Carlos — Estou ouvindo com toda a atenção o discurso que V. Exa. está produzindo perante o Senado, e nesta altura de suas considerações desejo apoiá-lo integralmente.

O SR. ATILIO FONTANA — Muito obrigado.

O Sr. Antônio Carlos — Se, na verdade, as condições ecológicas do Brasil não são ideais para o trigo, a queda de produção desse cereal em nosso País, nos últimos anos, deve-se a esses fatores que V. Exa. acaba de assinalar com absoluta clareza. A distribuição de sementes selecionadas tem diminuído ano a ano.

O Sr. José Ermirio — Desejo informar ao Senador por Santa Catarina, num contra-aparte que este ano temos sementes à venda e não há tomadores no Rio Grande do Sul nem no Estado de V. Exas. Por que não plantam sementes de primeira ordem?

O Sr. Antônio Carlos — Responde-me a V. Exa. Por que para se atender a uma campanha de desenvolvimento da produção, não basta atacar um só fator. O segundo fator que V. Exa., Senador Atílio Fontana, assinalou, com absoluta lucidez, é a falta da garantia de preços mínimos. Quando aqui se discutiu o Acordo Internacional do Trigo — e, em virtude da grande número de pradores, não tive ocasião de usar a palavra — consultei V. Exa., que é estudioso da matéria se no corrente exercício já tinham sido fixados os preços mínimos. E V. Exa. respondeu que não. Então, o plantio em Santa Catarina já estava iniciando, mas o triticultor não sabia quanto iria receber. Quanto à distribuição de adubos e assistência técnica, V. Exa. é testemunha da construção de cinco armazéns de trigo em Santa Catarina, no governo do Sr. Getúlio Vargas, quando Ministro da Agricultura o Sr. João Cleofas. No entanto, deixando aquele titular o Ministério os armazéns não foram equipados com os mecanismos de secagem e de expurgo, sendo aproveitados pelo Serviço de Expansão do Trigo para depósitos de máquinas. De modo que — e agora respondendo ao aparte do nobre Senador por Pernambuco — depois de cinco anos de abandono da campanha de intensificação do plantio de trigo observou-se o esfriar de V. Exa. que passou ao Ministério da Agricultura apenas cinco meses, em determinado sentido, atendendo a alguns fatores porque os outros fatores estavam de há muito abandonados. Se as condições brasileiras não são as ideais para a produção de trigo, com muito mais razão o Governo devia dar ênfase ao seu auxílio, ao seu amparo. O nobre Senador Atílio Fontana deve estar lembrado da Comissão de Economia da Câmara, das Festas do Trigo, das reuniões anuais que realizamos em Cruz Alta e em Passo Fundo, onde esses problemas eram debatidos. Pior isso, infelizmente, pertence ao passado. Parece-me até — não posso afirmar ao Senado, porque não tenho memória — que a lei delegada que reestruturou o Ministério da Agricultura suprimiu o Serviço de Expansão do Trigo. Era o aparte que desejava oferecer a V. Exa.

O SR. ATILIO FONTANA — O problema do trigo é apaixonante e penso ter a satisfação e a honra de numa outra oportunidade, abordar aquele problema, com a colaboração valiosa dos meus eminentes colegas Senadores.

Para concluir, Senhor Presidente desejo voltar ao problema do milho apenas para dar aqui um quadro estatístico entre a produção de milho comum e o milho híbrido para de-

monstrar a grande vantagem que poderia auferir o lavrador e a própria Nação brasileira se passássemos a fornecer a semente de milho híbrido em maior escala.

Aqui está um quadro que me foi fornecido: na exposição de Concorrida, o milho híbrido produziu num hectare de terra 5.307 quilos e o comum, em terra idêntica, 2.899 quilos. Em Piratuba, produziu 3.684 quilos. Em Florianópolis, na ilha, produziu 2.847 quilos para 1.094 quilos de milho comum. Em Usussanga, produziu 2.189 quilos para 1.007 quilos do tipo comum. Em Tijucas, 2.656 quilos para 1.544 quilos e, finalmente, em São José, 3.164 quilos para 1.983.

O cálculo geral dá um acréscimo de 117% para o milho híbrido em relação ao milho comum. Daí por que verificamos que, em Santa Catarina e em todo o País, poderemos produzir milho em larga escala, em condições as mais econômicas, bastando para isso que o Governo proporcione o transporte e o armazenamento indispensáveis, e que os nossos portos estejam bem aparelhados para fazer o embarque do milho nos navios estrangeiros.

Senhor Presidente, concluindo, entendemos que, produzindo maior quantidade de milho, poderemos exportá-lo em larga escala e com a sua divisa suprimiremos a quantidade de trigo adicional, fazendo com que o pão em nossa terra seja — como deve ser — o alimento de todos os lares, ao alcance da bolsa dos trabalhadores e de todo o povo brasileiro.

O Sr. Presidente, era o que desejava dizer. (Muito bem. Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Adolpho Franco, de acordo com o artigo 163, § 2º, do Regimento Interno.

O SR. ADOLPHO FRANCO. (Le o seguinte discurso) — Senhor Presidente. Senhores Senadores.

Havia tomado a resolução de só voltar a discutir nesta Casa o problema do café depois de concluídos os trabalhos da Comissão de Inquérito da Câmara dos Srs. Deputados onde já se conhecem aspectos graves dos desmandos da nossa política cafeeira dos anos que passaram.

Mas, o meu Estado, hoje líder da produção, a minha gente, a gente da minha terra tem no café o grande sustentáculo de sua vida econômica e social.

E os reclamos e as notícias que já estou recebendo, contendo as primeiras alegações e queixas quanto a execução do esquema da safra 63-64, obrigam-me a voltar a esta tribuna já agora para denunciar a repetição dos erros anteriores quanto ao abandono que não foi intencional, em que se deixa o produtor, o pequeno produtor, não lhe assegurando de pronto e eficientemente a garantia dos preços fixados pelo Regulamento.

Se as condições e normas do Regulamento já não eram ideais para o produtor, porque a própria forma de pagamento do reajuste concedido de 1.100 cruzeiros por saca, o foi e moide que essa importância se destinou ao intermediário, a demora da intervenção dos órgãos oficiais, da ação governamental vem provocar na fonte produtora o aviltamento dos preços. Não eram ideais para o produtor.

Vai se repetir o mesmo drama ante ao intermediário e demora da intervenção, vão se renovando as mesmas injustiças e os mesmos descalabros.

O lavrador que já foi espoliado no preço do milho, e no do algodão, vai agora constatar que o resultado do seu trabalho se transporta para os bolsos dos magnatas dos comerciantes e dos eternos vendedores de café ao I.B.C.

Quero, Sr. Presidente, que este meu brado de alerta chegue aos ouvidos do nosso eminente colega, o senador Nelson Maculan, hoje responsável pelos destinos da economia brasileira. Homem de trabalho, conhecedor das agruras do pequeno produtor paranaense, ele, por certo, acolhendo os apelos que lhe estão sendo feitos, tomará com urgência as medidas acauteladoras do processo especulativo por que vem passando o produtor brasileiro.

Na Câmara dos Deputados vem se processando um inquérito sobre o café. Os resultados e as revelações que já transpiraram são os mais graves e as mais esterecedoras. Falta-se, estão sendo constatados e provados, muitos detalhes e ocorrências extremamente danosas à economia nacional. Consta que há entidades ou firma interventora que não prestam conta de suas atividades, mas que, por outro lado, retendo os recursos do I.E.C., se dedica a compra de órgãos de publicidade, televisão e rádios, que coloca à disposição dos donos desta República. Faltam-se, em importância, as assunções a vultosa cifra de 30 bilhões de cruzeiros.

É tudo isso quem vai pagar ou quem está pagando? A lavoura, essa mesma lavoura desamparada e sofrida, que não recebe nem o preço mínimo, já aviltado, que o Governo lhe fixou. Essa lavoura que é a todo momento, pelos ignorantes e pelos homens de má fé, responsabilizada pela espiral inflacionária que afunda este País.

Sr. Presidente, Senhores Senadores.

Requeri há poucos dias nesta Casa informações do Governo sobre a missão que mandamos ao Convênio Internacional de Londres. As minhas suspeitas e as informações que possuía vão se confirmando. Recebo agora da Sociedade Rural Brasileira, um dos órgãos mais representativos da classe rural, o seguinte telegrama:

"Cumprimentando V. Ex. pela proposição que apresentou, pedindo informações sobre a quantidade, nomes e função de cada membro da Delegação Brasileira, ora em Londres, levamos ao conhecimento desta entidade e de V. Ex. que a Delegação se compõe de três dezenas de delegados, sem contar com os consultores, assessores e até datilógrafos, com os quais ultrapassa meia centena de membros. Este fato causa profunda estranheza e revolta na classe agrícola porque verifica que o confisco cambial sobre o café é utilizado para cobertura de nabubescas excursões ao exterior, principalmente nesta dificuldade de divisas em que se debate o país. Esta atitude de injustificado liberalismo contrasta com a dignificante posição tomada pelos Nacionais que, compreendendo a gravidade do momento, declinaram da tradicional excursão pelo mundo como complemento do treinamento para o serviço da Marinha Nacional. A Sociedade Rural Brasileira, protestando contra mais este ato abusivo da alta direção política brasileira, solidariza-se com V. Ex. pela moralizadora atitude que acaba de tomar".

Esta é a realidade brasileira. País sem divisas, precisando economizá-las, esbanjando-as a granel.

No entanto, a Missão Colombiana, o segundo produtor de café da América, é composta de cinco elementos, o mesmo acontecendo com a Delegação Norte Americana, o maior consumidor de café do mundo, e, consequentemente, o grande interessado nas deliberações do Conselho Internacional.

Mas, agora, só nos resta aguardar os resultados da missão faustosa e raramente remunerada. Ela nos tra-

rá resultados efetivos? Aguardemos que esse verdadeiro trem da alegria possa obter êxito no aumento de nossas exportações, na aquisição e fortificação dos mercados sacrificados e que, assim perdendo todos os dias, enfim que consigam os turistas do café a estabilidade do preço do nosso maior produto exportável.

Retornando, Sr. Presidente, ao meu apelo inicial. Esqueçamos os que estão passando a culpa outora de Londres, e vamos nós, Senhores Senadores Nelson Maculan e nós, gritar ao alerta e de socorro, para que ele atenda aos interesses legítimos dos produtores de café, lhes assegurando bonas medidas prontas e rápidas o preço mínimo do Esquema Financeiro da safra 63-64 e que evite, com a sua administração forte e capaz, que a nossa política cafeeira continue eliminando o café da nossa balança comercial, e, acima de tudo, que afaste do I.B.C. os grupos que ali se instalaram e que se lucupletam com o sacrifício da economia nacional.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Passa-se à

ORDEN DO DIA

Comparecem mais os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — José Kaisala — Vivaldo Lima — Zacharias de Assunção — Cattete Pinheiro — Lobão da Silveira — Sebastião Archer — Victorino Freire — Monteiro Jucá — José Bezerra — Corte Pereira — Argemiro de Figueiredo — Pessoa de Queiroz — Ermirio de Moraes — Dylton Costa — Leite Neto — Aarão Steinbruch — Aurélio Viana — Nogueira da Gama — Melho Braga. (20).

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa, requerimento de preferência, firmado pelo nobre Senador José Ermirio, o qual será lido pelo Sr. Primeiro Secretário.

É lido e aprovado o seguinte:

Requerimento nº 537, de 1963

Nos termos dos arts. 212, letra p, e 309, nº I, do Regimento Interno, requerio preferência para Requerimento Interno, requerido preferencialmente para o Requerimento nº 531, de 1963, a fim de ser votado antes da matéria constante do 1º item da Ordem do Dia.

Sala das Sessões em 2 de agosto de 1963. — José Ermirio.

O SR. PRESIDENTE:

Em virtude da deliberação do Plenário, será apreciado, em primeiro lugar, o item 3, da Ordem do Dia.

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 531, de 1963, em que o Sr. Senador Gouveia Vieira e outros Srs. Senadores solicitam a criação de Comissão Especial de 5 membros, para, até o fim da presente sessão legislativa, examinar os reflexos da inflação monetária e da política tributária e cambial na estrutura das empresas de iniciativa privada (dependente de parecer da Comissão de Economia).

A Comissão de Economia designou relator o nobre Senador José Ermirio a quem dou a palavra.

O SR. JOSÉ ERMIRIO:

(Para emitir parecer. Não foi recebido pelo orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores o nobre Senador Gouveia Vieira apresentou ontem trabalho de muita importância, e que representa, de fato, um estorço para o melhoramento industrial do País. A inflação criou para muitas de nossas principais indústrias situação que

precisa ficar definitivamente esclarecida.

A Comissão de Economia sentiu-se no dever de apoiar o Requerimento, por julgar útil e necessária a atuação da Comissão Especial para os fins propostos. Realmente é um trabalho que precisa ser executado com muita urgência, a fim de que males maiores, que estão à vista, sejam evitados antes que atores irregulares acoitem na vida industrial do País.

Por estas razões, a Comissão de Economia é de parecer favorável. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão o Requerimento número 531.

Se nenhum dos Srs. Senadores pedir a palavra, encerrarei a discussão. (Pausa).

Encerrada.

Em votação o requerimento.

O SR. JOSAPHAT MARINHO:

Senhor Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO:

(Para encaminhar a votação. Sem leitura do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, não sou signatário do requerimento declarado, mesmo, a seu ilustre autor que estimaria ouvir as razões do seu pedido para orientar seu voto. Ontem, não o ouvi nesta Casa.

Votarei pela criação da comissão proposta no requerimento ora submetido à deliberação do plenário. Antes, quero esclarecer que o faço sem aceitação, na sua inteligência os fundamentos expostos, pelo seu nobre autor. E que se o que ontem se chamou aqui "o processo de estatização" deve ser orientado com cuidado, me diante uma disciplina legal adequada, nem por isso se deve condená-lo de plano. Nem parece mesmo que a inflação e o regime tributário sejam os responsáveis imediatos pelo crescente processo de intervenção do Estado nos diferentes domínios da atividade econômica do País.

Relevo-me o ilustre autor do requerimento que não aceita em sua amplitude a sustentação obtida por Sua Excelência defendida. A intervenção do Estado no domínio econômico e hoje fenômeno irreversível mesmo naqueles Estados ou sob aqueles regimes formalmente considerados de índole liberal. As próprias transformações sociais e econômicas estão impondo o crescente interferência do Estado nos diferentes modos de atividade econômica a fim de estabelecer a ação de todas as empresas ou de todos os empreendimentos lucrativos, de maneira que se vinculem ao interesse maior das comunidades nacionais.

Assim entendendo, não recuso entretanto meu voto, pois que a Comissão solicitada poderá fazer pesquisas e estudos interessantes sobre o problema da inflação e da política monetária, fixando sua repercussão nos diferentes domínios da economia nacional.

Com estes esclarecimentos é que voto pela criação da Comissão proposta no requerimento. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o Requerimento número 531.

Os senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

A Presidência designará oportunamente os cinco membros que deverão compor a Comissão Especial, para

exame dos reflexos da inflação monetária e da política tributária e cambial na estrutura das empresas de iniciativa privada.

Discussão, em turno único, da redação final (projetada pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 891, de 1963) do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 1963, do Projeto de Lei do Senado número 18, de 1963, que declara de utilidade pública a Sociedade Mineira de Ensino Médico, sediada em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Em discussão a Redação Final. (Pausa).

Se nenhum dos senhores Senadores pedir a palavra, dar-lhe-ei como encerrada. (Pausa).

Está encerrada a discussão.

Não havendo emendas ou retificações, e desde que nenhum Senador desaje a Redação Final seja submetida a votos, dar-lhe-ei por definitivamente aprovada, sem votação, em face do que dispõe o art. 316-A, do Regimento Interno.

Está aprovada.

O Projeto irá à Câmara dos Deputados.

E o seguinte:

ANEXO AO PARECER Nº 321 DE 1963.

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 15 de 1963, que declara de utilidade pública a Sociedade Mineira de Ensino Médico, com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É declarada de utilidade pública, para todos os efeitos, a "Sociedade de Ensino Médico", com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Discussão, em turno único do Requerimento nº 525, de 1963, pelo qual o Sr. Senador Eugênio de Barros solicita o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 26, de 1961, que transforma a Fundação Brasil Central em órgão da Administração Federal.

Em discussão o Requerimento. (Pausa).

Se nenhum Senador pedir a palavra, darei como encerrada a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

O Projeto será desarquivado.

Discussão, em segundo turno do Projeto de Lei do Senado nº 49, de 1963 de autoria do Senhor Senador Frederico Nunes, que declara de utilidade pública a Associação Brasileira de Escuelas Médicas (A. B. E. M.), com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, tendo pareceres favoráveis sob os nºs 298 e 297, das Comissões de Constituição e Justiça, e de Educação e Cultura, respectivamente.

Em discussão o Projeto, em segundo turno. (Pausa).

Se nenhum dos senhores Senadores quiser discuti-lo, darei como encerrada a discussão. (Pausa).

Está encerrada a discussão.

O Projeto está aprovado consoante o que dispõe o art. 272-A do Regi-

nento Interno. Vai à Comissão de redação.

E' o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 49, de 1962

Declara de utilidade pública a Associação Brasileira de Escolas Médicas (A. B. E. M.) com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Brasileira de Escolas Médicas, com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do artigo 265 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 48, de 1963, que altera a redação do art. 29 do Decreto-lei nº 3.200, de 19 de abril de 1941, relativo ao abono de família, tendo Parecer sob o nº 326, de 1963 da Comissão de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

Em discussão a preliminar da constitucionalidade, face ao parecer da Comissão de Justiça.

Se nenhum dos Srs. Senadores pedir a palavra, dá-la-ei por encerrada. (Pausa).

Em votação o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

Os Srs. Senadores que o aprovaram queiram conservar-se sentados. (Pausa).

Aprovado.

O projeto está rejeitado, por inconstitucional, e será arquivado.

E' o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 48, DE 1963

Altera a redação do art. 29, do Decreto-lei número 3.200, de 19 de abril de 1941, relativo ao abono familiar.

(Do Sr. Vasconcelos Tôrres)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 29, do Decreto-lei número 3.200, de 19 de abril de 1941, passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 29. Ao Chefe de família numerosa, não incluído nas disposições do artigo precedente, e que, exercendo qualquer modalidade de trabalho perceba retribuição que de modo nenhum baste às necessidades essenciais mínimas da subsistência de sua prole será concedido, mensalmente o abono familiar correspondente a 10% (dez por cento) do salário-mínimo da região, observando o disposto na alínea A, do artigo 7º, desta lei.

Art. 2º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Está esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Jefferson de Aguiar.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, desejo prestar homenagem a Clemente Watzl, que há pouco deixou a Diretoria da Taquígrafia, aposentado que foi pela Resolução número 18, de 31 de julho de 1963.

Com 45 anos de profícua atividade no Senado Federal, aquele ilustre funcionário teve ensejo de participar dos trabalhos desta Casa inclusive ao

tempo em que exerciam a representação parlamentar Ruy Barbosa, Frontin, Epitácio Pessoa e outros grandes vultos da nacionalidade.

Era homem de excepcional caráter, tanto que, ao tempo da Comissão de Polícia do Senado Federal, teve ensejo de, quando apresentado como candidato a promoção por merecimento, insurgir-se contra a decisão da Comissão, para demonstrar que colega seu tinha maior direito ao acesso. Esse fato exibe bem o caráter de Clemente Watzl e demonstra a excepcionalidade que marcava a sua personalidade, exigindo, portanto, do Senado e dos representantes de todos os Estados do Brasil, que sua aposentadoria seja marcada com este preito de justiça, numa homenagem ao homem que tantos serviços prestou, nos seus misteres funcionais, ao Senado da República.

O Sr. Heribaldo Vieira — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Com prazer.

O Sr. Heribaldo Vieira — Permita-me que colabore nessa manifestação justíssima que V. Exa. presta a esse velho servidor do Senado Federal, que nos 9 lustros de sua permanência nesta Casa, no convívio de todos nós, mostrou sempre ser não só um servidor capaz, mas um homem digno de caráter ilibado, cumpridor esmerado dos seus deveres. Deixa lacuna dificilmente preenchível nesta Casa, no convívio dos Senadores e no de seus companheiros de trabalho.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Agradeço o aparte de V. Exa., que acrescenta interessante faceta ao discurso que pronuncio, de homenagem a este servidor.

O Sr. Adolpho Franco — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Com satisfação.

O Sr. Adolpho Franco — Associe-me, em nome da Bancada da União Democrática Nacional, as justas homenagens que V. Exa. está prestando a tão ilustre funcionário.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Agradeço a V. Exa.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Permite V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador) — V. Exa. me permita declarar que fui testemunha dos serviços que esse servidor, que agora nos deixa por aposentadoria, prestou ao Senado. Se a sua atuação, na Taquígrafia do Senado era um modelo para seus companheiros, a lembrança dessa atuação deverá servir sempre de lição para a Taquígrafia. O Senado vê, com saudade, afastar-se do seu convívio, um grande funcionário, mas também deve ter o consolo de saber, que, durante quarenta e cinco anos, foi no ambiente do Senado que ele se tornou um grande funcionário.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Agradeço a preciosa colaboração de V. Exa., acentuando o fato de que Clemente Watzl, além de ser uma personalidade admirável e singular, também constitui um símbolo dos trabalhos taquígrafos desta Casa, onde seus companheiros de trabalho tão relevantes serviços nos prestam em todos os momentos em favor da coletividade brasileira.

O Sr. Vivaldo Lima — Permite V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador) — Queira V. Exa. acolher no seu discurso, a expressão de solidariedade e de simpatia à figura de um servidor de gabarito que ora deixa esta Casa por força da aposentadoria. O Sr. Clemente Watzl figurava entre aqueles funcionários exemplares, que se categorizaram no cumprimento do dever para com o Senado e para com a Nação, como servidor público. Daí por uma con-

tingência natural em que um homem se afasta para gozar do repouso merecido depois de tantos anos de serviço constante e assíduo, em que revelou capacidade não vulgar, pela sua competência, pela sua pericia na Taquígrafia chegando ao posto de Taquígrafo-chefe e depois Diretor do Departamento, que hoje supervisiona esse setor tão importante ao bom funcionamento de uma casa legislativa, e que lhe sente a falta, mas tão somente se ausenta por força de uma imposição do tempo e da idade. Ele uexa, contudo, bons exemplos e os que se lhe seguem nos passos, porque aprendem com ele, aqui formarão, na continuidade de um trabalho, de um serviço de alta técnica, como é a Taquígrafia, em termos de exemplo de um Clemente Watzl. Que fique estas palavras consignadas no discurso de V. Exa. na homenagem que o Senado da República presta a um servidor magnífico, que se despede da atividade proveitosa, como o preito de grande entusiasmo e admiração do Partido Trabalhista Brasileiro pela sua Bancada nesta Casa.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Com muita honra admito as palavras brilhantes de V. Exa., que têm a exuberância dialética dos discursos que profere.

O Sr. Heribaldo Vieira — O nobre orador permite um aparte? (Assentimento do orador) — V. Exa. é intérprete de todo o Senado nas homenagens ao ex-servidor Clemente Watzl.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Agradeço a V. Exa.

É de acentuar-se ainda, que Clemente Watzl, médico, antes da constituição do Serviço Médico desta Casa, era o colaborador espontâneo de todos nós e dos seus colegas, porque, em casos de emergência, era quem atendia aqueles que necessitavam de assistência médica imediata.

Sua ve, bondoso, tranquilo, a todo momento, nos sorria com aquela caracterização que deve ser atribuída do "bonus pater familiae", sempre pronto a servir e disposto a atender.

Sr. Presidente, prestando esta homenagem e interpretando os sentimentos do Senado da República, quero consignar a saudade de todos nós ao perder a colaboração preciosa de tão bom amigo e tão admirável servidor do Senado da República. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Manuel Vilaca.

OSR. MANUEL VILACA:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, acabo de receber telegrama de Natal contendo um apelo que representa um grito de angústia, assizado por dezenas de funcionários do COAP do Estado do Rio Grande do Norte.

Não se pede a minha interferência no sentido de que os vencimentos daqueles funcionários atrasados desde março do corrente ano, sejam pagos, como vê V. Exa. e os Senhores Senadores. Sr. Presidente, a situação de funcionários humildes é tensa porque, quando recebem, normalmente já chegam ao fim do mês sem meios para atender às necessidades mais prementes. Seus vencimentos atrasam, por cinco meses, como é o caso, eles caem presa fácil dos agiotas e então seus orçamentos ficam alterados, perturbados pelos juros a que são obrigados a pagar.

De modo que, aproveitando a tribuna desta Casa, formulo apelo a S. Exa. o Sr. Ministro da Fazenda, no sentido de que providências sejam tomadas para sanar o mal que vem alterando a vida de chefes de

famílias humildes ora passando imensas dificuldades.

Era o que desejava dizer. Senhor Presidente. (Muito bem; muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, de claro encerrada a sessão, anunciando, para a próxima segunda-feira a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão de 5 de agosto de 1963

(Segunda-feira)

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 19 DE 1960

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei do Senado nº 19, de 1960 (de autoria do Senhor Senador Paulo Fernandes), que regula o exercício da Odontologia, tendo

Pareceres sob nºs 707 e 707-A, de 1962, e 302, de 1963, das Comissões

— de Constituição e Justiça, favorável, nos termos do substitutivo que oferece;

— de Educação e Cultura, favorável ao substitutivo com a subemenda nº 1-CEC que acrescenta; e

— de Saúde, favorável ao substitutivo e à subemenda 1-CEC, apresentando mais duas subemendas (nºs 2-CS e 3-CS).

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 30 minutos).

SECRETARIA DO SENADO
FEDERAL

Atos da Comissão Diretora

A Comissão Diretora, em reunião de 31 de julho último deferiu os seguintes requerimentos:

De Moema Fernandes Távora, Oficial Legislativo, PL-8, solicitando 2 anos de licença para tratar de interesses particulares;

De Aristóteles Pereira Madruga, Victor Lobo, Auxiliares de Portaria, PL-9, pedindo pagamento das "diárias de Brasília", nos períodos em que estiveram de licença para tratamento de saúde, conforme atestado médico.

Secretaria do Senado Federal, em 2 de agosto de 1963. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

Atos do Diretor Geral

PORTARIA Nº 62, DE 31 DE JULHO DE 1963

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar os funcionários José Pinto Carneiro de Lacerda, Assessor Legislativo, PL-3, João Pires de Oliveira Filho, Oficial Legislativo, PL-7, e Eduardo Chodon, Auxiliar de Mecânico, PL-9, para, sob a presidência do primeiro, constituírem uma Comissão de Sindicância incumbida de apurar as causas do acidente verificado em 26 de julho de 1963, com o carro "Aero Willys", placa nº 92.

Secretaria do Senado Federal, em 31 de julho de 1963. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

ATOS DO DIRETOR-GERAL

O Diretor-Geral concedeu licença para tratamento de saúde nos termos do art. 270, item I, da Resolução nº 6-60, aos seguintes funcionários:

Victor Lobo, Auxiliar de Portaria, PL-9, dez (10) dias, a partir de 18 de junho de 1963 (Requerimento nº 406-63);

José Martins de Moraes, Auxiliar de Limpeza, PL-11, dez (10) dias, a par-

de 21 de junho de 1963 (Requerimento nº 425-63).
Abonou, de acordo com os artigos 160, item 11 e 302 do Regulamento da Secretaria, as faltas abaixo discriminadas referentes ao mês de julho de 1963:

— de Marcos Vieira, Oficial Arquivologista, PL-4, nos dias 1, 2 e 3, considerando de licença para tratamento de saúde os dias 4 e 5;
— de Italina Cruz Alves, Oficial Legislativo, PL-3, nos dias 1, 2 e 3;
— de Sebastião Veiga, Oficial Legislativo, PL-7, nos dias 1º e 2º;
— de Victor Rezende de Castro Caiado, Auxiliar Legislativo, PL-10, no dia 12;
— de Gelda Lyra do Nascimento, Taquígrafa de Debates, PL-3, nos dias 1 e 2;
— de Sylvia Minazi Mantovani, Auxiliar Legislativo, PL-10, no dia 1º;
— de Paulo Irineu Portes, Auxiliar Legislativo, PL-10, nos dias 1º, 2 e 4;
— de Genoveva FONSECA Ayres, Auxiliar Legislativo, PL-9, no dia 2º;
— de Carmelita de Souza, Oficial Legislativo, PL-8, no dia 2º;
— de Celso Luiz Ramos de Medeiros, Auxiliar Legislativo, PL-10, nos dias 2 e 3;
— de Beatriz Brown, Oficial Legislativo, PL-8, nos dias 3, 4 e 5;
— de Paulo Lisboa Barbosa, Oficial Legislativo, PL-3, no dia 5;
— de Iracema da Costa e Silva de Castro, Auxiliar Legislativo, PL-10, no dia 6;
— de Helena Brown, Auxiliar Legislativo, PL-9, no dia 5;
— de Maria Lúcia Lopes, Taquígrafa de Debates, PL-4, no dia 5;
— de Carlos Tóres Pereira, Taquígrafa de Debates, PL-3, no dia 5;
— de Maria da Aparecida Jordão, Taquígrafa de Debates, PL-3, no dia 5;
— de Francisco Gonçalves de Araújo, Auxiliar Legislativo, PL-10, no dia 8;
— de Vital Martins Ferreira, Redator, PL-3, no dia 8;
— de Maria Judith Rodrigues, Oficial Arquivologista, PL-3, no dia 8;
— de Francisco das Chagas Pompeu Fortuna, Auxiliar de Portaria, PL-10, no dia 10.

Secretaria do Senado Federal, em 28 de julho de 1963. — Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva, Diretora do Pessoal.

REPÚBLICA-SE POR TER SAÍDO COM INCORREÇÕES NO D.C.N., Nº 100, DE 26-7-1963 — PÁGINA Nº 1.837

Projeto de Lei do Senado nº 76, de 1963

Da nova redação a dispositivos do Código de Propriedade Industrial (Decreto-lei nº 7.903, de 17 de agosto de 1945).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 39 do Decreto-lei nº 7.903, de 17 de agosto de 1945, passa a ter a seguinte redação: "O privilégio de invenção vigorará pelo prazo de quinze anos, contados da data do depósito do pedido de patente, findo o qual o invento cairá no domínio público".

Parágrafo 1º No período compreendido entre a data do depósito do pedido e a data da expedição da patente, o inventor gozará da proteção provisória de invenção, podendo fazer estes juízos requerer vistorias e qualquer outras medidas tendentes a comprovar a criação, e bem como usar dos remédios judiciais previstos no art. 189 e seu parágrafo único.

Parágrafo 2º A sentença condenatória do inventor a suspensão

dos seus efeitos, que ficarão condicionados a expedição da patente. Denegada esta, será aquela declarada extinta, a requerimento do interessado, nos mesmos autos, ficando assegurado a este último integral ressarcimento das perdas e danos eventualmente sofridos.

Art. 2º Os prazos máximos de duração da patente de modelo de utilidade ou de desenho e modelo industrial, fixados respectivamente em dez e quinze anos nos artigos 41 e 42, bem como nos itens 2º e 3º do artigo 76, todos do Decreto-lei nº 7.903, de 27 de agosto de 1945, serão contados da data do depósito do respectivo pedido de patente.

Parágrafo único. Aplica-se ao requerente de patente de modelo de utilidade ou de desenho e modelo industrial o disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo anterior.

Art. 3º Fica revogado o artigo 40 do Decreto-lei nº 7.903, de 27 de agosto de 1945.

Art. 4º Fica acrescentado ao artigo 76 do Decreto-lei nº 7.903, de 27 de agosto de 1945, o seguinte item e parágrafo:

"5) a patente que também haja sido concedida em país estrangeiro e que nele se tenha extinguido por qualquer motivo".

Parágrafo 1º A extinção de patente, no caso do item 5º supra, opera-se de pleno direito e será declarada, ex-officio ou mediante provocação de qualquer interessado, por despacho do Diretor do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, à vista de certidão autêntica expedida por autoridade competente no país estrangeiro e devidamente legalizada no Brasil".

"Parágrafo 2º Do despacho que declarar ou não a extinção aludida no item 5º caberá recurso voluntário ao Ministro da Indústria e Comércio, dentro do prazo de sessenta dias da sua publicação".

"Parágrafo 3º Confirmada ou reconhecida pelo Ministro a extinção da patente, será expedida portaria pelo Diretor do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, para conhecimento de terceiros".

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

A nossa atual lei sobre propriedade industrial data de 1945, estando, portanto, em vigor há cerca de 18 anos.

Na sua aplicação, vários inconvenientes se patentearam, para os quais os interesses do País reclamam correção. Entre esses inconvenientes, que os estudiosos do assunto vêm proclamando alguns nos parecem mais gritantes, como os que se referem à efetiva duração dos privilégios.

Não há negar a vital necessidade da proteção e incentivo do Estado às invenções industriais, para o progresso da Nação. Nem se há de desconhecer a grandíssima contribuição que, nesse setor, nos têm trazido os inventos estrangeiros.

Força, porém, é não esquecer que os privilégios devem ser cuidadosamente medidos, para que, por excessivos não se transformem em entraves ao mesmo progresso a que visam servir.

Todas as legislações fixam prazos de duração aos privilégios de invenção. A nossa também o faz; mas, a experiência tem revelado que, na prática, esses prazos excedem de muito aos que o legislador previra. Trata-se pois de uma realidade antijurídica que é preciso corrigir.

Tal é o intuito do presente projeto. Vejamos se as soluções nela propostas atendem ao seu objetivo.

I

Em nosso País, os prazos de vigência das patentes de invenção de modelo de utilidade ou de desenho e modelo industrial são sempre contados

da data do ato que declara o privilégio.

Dadas as deficiências da nossa organização administrativa, nesse setor da propriedade industrial (mal, aliás, comum a quase todos, senão a todos os países), o processamento dos pedidos de patente é sempre demorado, arrastando-se por anos e anos.

Por outro lado, é normal que, uma vez depositado o pedido da patente, o seu titular entre, desde logo no uso e gozo do invento; e esse uso e gozo na prática, é de fato privilegiado, já que, normalmente ninguém se abalará às despesas incertezas e percalços de concorrer com o requerente da patente, num empreendimento contrafator de duração precária e consequência imprevisíveis.

Por isso, é objetivo do projeto fazer com que a duração do privilégio tenha início na data do depósito do pedido, data essa em que, como ressaltamos, o requerente entra, de fato no uso e gozo da invenção.

De outra parte são também de acatear os legítimos interesses do inventor, os quais, cumpre reconhecer, não obstante a improbabilidade que assinalamos, podem expor-se à audácia de aventureiros em vista do sistema de prévia publicação dos pontos característicos da invenção, adotado pela nossa legislação.

Para obviar a essa eventualidade, o projeto acolhe a "proteção provisória", que os autores recomendam, e que, realmente, nos parece o indispensável complemento de equilíbrio a obtida inovação.

2

Conceituados tratadistas já demonstraram a inconveniência da faculdade constante do art. 40 do atual Código da Propriedade Industrial a qual, nas poucas vezes que dela se utilizou o Poder Público, só o fez em detrimento da justiça e por motivos injustificáveis.

Há mesmo, nesse dispositivo, uma antinomia congênita, de vez que jamais pode convir aos "interesses nacionais" nele invocados a prorrogação de um privilégio. Ao contrário: se um invento interessa ao bem comum, a solução será a sua vulgarização, ou seja, a extinção do privilégio, pela desapropriação tal como a própria lei determina. E' o motivo pelo qual propomos a revogação pura e simples desse dispositivo.

3

Outro ponto focalizado no projeto diz respeito à duração de patentes de origem estrangeira.

E' certo que a matéria focalizada no projeto já constitui objeto de um dispositivo legal, bastante recente que é o artigo 4º da Lei nº 4.137, de 10 de setembro de 1962.

Entendemos, porém, data venia que o tratamento técnico-jurídico dispensado ao assunto está a exigir uma complementação, visando à sua melhor e mais eficaz aplicação.

O artigo em causa estabelece a "cassação" da patente brasileira que, tendo também sido concedida em país estrangeiro, já haja caducado.

E' de notar, todavia, que a cassação é um procedimento novo, na nossa legislação específica, a qual prevê, tão-somente, como meios de cassação do privilégio além da anulação, o cancelamento, a caducidade e a extinção pelo decurso no prazo ou renúncia.

Cada uma dessas figuras tem o seu processamento devidamente regulado na lei. Seria mister pois, que o legislador, instituindo uma nova espécie também a regulasse ou, pelo menos, a equiparasse explicitamente a alguma das preexistentes. Não o tendo feito deixou porta aberta à livre interpretação.

tação, campo de perigo à eficácia do intuito do legislador.

O projeto inclui a cessação da patente no exterior entre os casos de extinção, de pleno direito.

Objetiva-se, com essa conceituação, evitar as delongas do processo de caducidade, cortando vaza à porcelastinação, com que, normalmente se consegue eternizar o litígio, inutilizando a ação administrativa. Isso, contudo sem negar ao interessado meio de defesa, que lhe é assegurado no recurso à autoridade superior.

São essas, em essência as razões que nos levaram à formulação do projeto. A propriedade industrial é setor dos mais importantes, na economia de qualquer país. Para o nosso, em fase inicial de desenvolvimento industrial, é de vital significação. Aí, a certeza que esta nossa iniciativa terá o dos nobres legisladores, cujas luzes e patriotismo haverão de corrigir as suas falhas, de forma a que os alentados objetivos que o inspiraram encontrem sua plena concretização.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 7.903, DE 27 DE AGOSTO DE 1945

Código de Propriedade Industrial

Art. 39. O privilégio de invenção vigorará pelo prazo de quinze anos, contados da data da expedição da patente, findo o qual o invento cairá no domínio público.

Art. 41. A patente de modelo de utilidade será concedida pelo prazo de cinco anos, contados da data da sua expedição, o qual poderá ser prorrogado por igual período, se o requerer o interessado. Finda a prorrogação, o modelo cairá no domínio público.

Art. 42. A patente de desenho e modelo industrial vigorará pelo prazo de três anos, prorrogável por iguais períodos sucessivos, até se completar o máximo de quinze anos contados da data da respectiva expedição.

Parágrafo único. A prorrogação deve ser requerida no semestre anterior à expiração do triênio. O Diretor do Departamento poderá, entretanto, recusá-la, sempre que, mediante novo exame técnico verificar haver sido a patente concedida com infração do disposto no art. 15, cabendo recurso desse ato, dentro do prazo de sessenta dias.

Art. 76. As patentes extinguem-se: 1º) a de invenção, pela expiração do prazo legal;

2º) a de modelo de utilidade, pelo transcurso do prazo de cinco anos, sem que o concessionário ou cessionário haja obtido a prorrogação, ou pela expiração do prazo total de dez anos;

3º) a de desenho ou modelo industrial, pelo transcurso do prazo de três anos, sem que o concessionário ou cessionário haja obtido a prorrogação ou pela expiração do prazo total de quinze anos.

4º) pela renúncia do respectivo proprietário, constante de declaração em forma legal.

Sala das Sessões, em 25 de julho de 1963. — José Ernirio de Moraes.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Economia.

MÚTUA PARLAMENTAR

A Diretoria da Mútua Parlamentar comunica que em reunião realizada no dia 13 de junho do corrente ano, foram admitidos como novos sócios os senhores:

Araão Steinbruch
Abraão Sabbá
Afrânio de Oliveira
Aleixo Ram rez Gonzales
Amaurílio Caputo
Antônio Garcia Filho
Antônio Gomes de Almeida

Antônio Gomes da Rocha
 Apolônio Sales Filho
 Arnaldo Gouveia Castello Branco
 Arildo Carvalho
 Ary Rodrigues Alcantara
 Aurino do Nascimento Valois
 Benedito Cerqueira
 Benício Mendes Teixeira
 Benício dos Santos Costalhat
 Carlos Alberto Ramos
 Dalma Vieira Passos
 Domingos Advincola Marques
 Elias de Souza Carmo
 Eurico de Souza
 Ezequias Gonçalves Costa
 Fernando da Sant'Anna
 Francisco Pessoa de Queiroz
 Helio Dutra
 Humberto Coutinho de Lucena
 Jamil Amiden
 Janary Gentil Nunes
 Javan Albuquerque Cavalcante
 Jethro Jairo de Macedo Brum
 Jerônimo Vingt Rosado Maia
 João Carlos Tourinho Quintas
 João de Medeiros Calmon
 Joaquim da Costa
 Jôel Barbosa Ribeiro
 Josaphat Paranhos de Azevedo
 Josaphat Ramos Marinho
 Jose Aparecido de Oliveira
 José de Mattos Carvalho
 José Edilson de Melo Távora
 José Feliciano Ferreira
 José Ferreira de Aquino

José Horácio Bethonico
 José Miguel da Silva
 José Peixoto da Silveira
 José Pereira Lúcio
 José Ramalho Burnett da Silva
 José Valdo Campêlo
 Luciano Vieira
 Manoel de Souza Santos
 Manoel Taveira de Souza
 Marco Antônio Tavares Coelho
 Mário Camilo de Oliveira
 Mário Mendes da Silva
 Miguel Caldas Ferreira
 Newton Chuairi
 Nivaldo Rodrigues de Moraes
 Olavo Costa
 Orlando Oliveira
 Ormeo Junqueira Botelho
 Oscar Cardoso da Silva
 Oseas Cardoso Paes
 Paulo Macarini
 Pedro Celestino da Silva Filho
 Pedro Leão Gorella
 Pedro Quirino da Rocha
 Renato Azeredo
 Renato Medeiros
 Roberto Saturnino Braga
 Romeu-Barbosa Jobim
 Sebastião Paes de Almeida
 Sebastião Roberto do Carmo
 Severino Estevão Ramalho
 Stelio de Mendonça Maroja
 Theobaldo da Costa Alves
 Tufy Nassif
 Urcy de Oliveira

Valeriano de Souza
 Vicente Bezerra Neto
 Virgílio Leite Porto
 Waldemar de Oliveira Guimarães
 Waldemar Gomes Tinoco
 Walter Passos
 Wilson Falcão
 Wilson Gonçalves

MÚTUA PARLAMENTAR

A Diretoria da Mútua Parlamentar Comunica os falecimentos dos ex-Mutuários Virgulino da Silva Portela e Aguinaldo Cayado de Castro.

A Diretoria da Mútua Parlamentar comunica o falecimento do ex-Mutuário Athayde de Lima Bastos.

Concurso para Taquígrafo de Debates

RESULTADO DA PROVA DE HISTÓRIA GERAL, HISTÓRIA DO BRASIL GEOGRAFIA E CULTURA GERAL

Numero de Inscrição	Nome	Grau
B - 1	Elza Correia do Paço	82,254
B - 27	Maurício Pereira Vasques	78,508
B - 19	Sebastião Nogueira	78,171
B - 26	Myrthes Nogueira	78,829
B - 6	Levy Machado	70,297
B - 9	Adolpho Pérez	68,675
B - 17	Haroldo Gueiros Bernardes	58,520

Secretaria do Senado Federal, em 2 de agosto de 1963. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

VISTA DA PROVA DE PLENÁRIO

O Diretor-Geral da Secretaria do Senado Federal comunica aos interessados que, na Diretoria da Taquígrafia, será dada vista da prova de Plenário do Concurso Público para Taquígrafo de Debates, a partir das 14 (quatorze) horas do dia 6 (seis) de agosto corrente.

Secretaria do Senado Federal, em 2 de agosto de 1963. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.